



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – DCHT
CAMPUS XVII – BOM JESUS DA LAPA
COLEGIADO DE PEDAGOGIA

FLÁVIA LOPES MEIRA

**PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DO REPOSITÓRIO DA SCIELO NO
PÉRIODO DE 2014 A 2023**

Bom Jesus da Lapa-BA

2025

FLÁVIA LOPES MEIRA

**PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DO REPOSITÓRIO DA SCIELO NO
PERÍODO DE 2014 A 2023**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho e Conclusão de Curso- TCC, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias –DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Orientadora: profa. Ma. Isaura Francisco de Oliveira

Bom Jesus da Lapa-BA

2025

FLÁVIA LOPES MEIRA


PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DO REPOSITÓRIO DA SCIELO NO PÉRIODO DE 2014 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

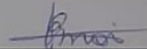
Aprovada em:

Aprovada em: **08 de janeiro de 2025.**

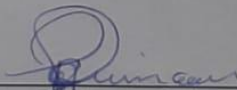
Banca Avaliadora:



Ma. Isaura Francisco de Oliveira – Orientadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Mestra em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB



Dra. Edna Souza Moreira – Coordenadora de TCC
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutora em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG



Dr. Luís Geraldo Leão Guimarães – Avaliador
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutor em Educação e Contemporaneidade pela UNEB

Toda honra e glória a Deus! A Ele agradeço toda força e sabedoria que me deste durante toda a minha vida e em minha caminhada acadêmica, pois nele encontrei refúgio e força para perseverar. Quando pensei que não daria conta e não conseguiria chegar onde estou hoje, Ele me ajudou e me guiou com sua santa sabedoria para eu continuar. A Ele dedico este trabalho!

AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica é formada de desafios, mas também de aprendizagens enriquecedoras e experiências que levarei por toda a minha vida. Fazer uma graduação não é fácil, mas é uma vivência única, na qual eu pude ter o apoio dos que amo e pude criar novos vínculos durante o percurso. Minha trajetória na Universidade foi marcada por desafios, superações, alegrias e pela presença de pessoas que, com apoio e amor, me ajudaram e fizeram desse percurso o mais leve possível. Agradeço aos professores, familiares, colegas e amigos pelo incentivo e por cada contribuição necessária para que eu chegasse até aqui. Sou imensamente grata a cada um que marcou diretamente ou indiretamente a minha jornada.

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos derramadas em minha vida, por estar sempre presente em minha caminhada e por toda bondade, força e amor que me deste. Agradeço por me proporcionar realizar o sonho de frequentar uma universidade e conseguir concluí-la. A Ele, minha eterna gratidão!

À Nossa Senhora das Graças, pela intercessão e cuidado comigo durante toda a minha vida e pela proteção nas idas e vindas do ônibus até a cidade onde reside a faculdade. Foram noites desafiadoras, mas, graças a Deus e pelo intermédio dela, também tranquilas.

Quero dedicar um agradecimento especial à minha amada mãe, Noêmia, que nunca mediu esforços para fazer com que os seus três filhos estudassem, que sempre nos tratou com amor e cuidado e nunca nos deixou faltar nada, principalmente a educação. Nela me inspirei para realizar essa pesquisa, uma vez que a mesma já foi docente da Educação de Jovens e Adultos e pude acompanhá-la quando criança algumas vezes. Com ela pude perceber e sentir o verdadeiro amor em lecionar, tanto para os jovens e adultos quanto para as crianças na Educação Infantil.

Ao meu amado pai, Claudito, que sempre me deu apoio, amor e auxílio ao longo da minha trajetória. Ele nunca nos deixou faltar nada, especialmente materiais escolares, e esteve presente em todas as minhas reuniões e momentos importantes. Aos meus pais, minha eterna gratidão! Amo muito vocês!

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão aos meus irmãos e parceiros de vida, Fábio e Vanessa, que, com todo amor, apoio e cuidado, se revezavam para me buscarem no ponto do ônibus todas as noites, após uma longa jornada de estudos, uma vez que minha faculdade ficava em outra cidade e eu chegava tarde da noite. Vocês foram essenciais para que eu pudesse concluir meus estudos e fizeram dessa jornada a mais leve possível.

Agradeço imensamente à minha tia e amiga, Arlene, por todo apoio que me deste durante esse percurso e por sempre acreditar em mim. Com palavras e gestos amigáveis, me motivava a continuar e dizia o quanto eu era capaz, incentivando-me assim a seguir em frente, especialmente quando a jornada parecia desafiadora. A ela, minha eterna gratidão!

Ao meu padrinho, Geraldo, e aos meus tios, Arlete e Lindolfo, que, sempre que podiam, me levavam até a praça para pegar o ônibus, principalmente quando eu estava atrasada. Vocês fizeram diferença em minha caminhada.

À minha amada vó, Aurelita, que sempre foi como uma segunda mãe para mim! A ela, agradeço por todas as orações, cuidado e amor que me deste durante toda a minha vida e, principalmente, durante todo percurso acadêmico. Sua fé em Deus, palavras amigas e exemplo me incentivaram a continuar e a chegar aonde cheguei.

Agradeço a todos os meus familiares por todo apoio e por sempre estarem presentes em minha vida, me incentivando e torcendo por mim. Vocês são a minha base!

Aos meus amigos, por todo apoio, incentivo, orações e presença nessa etapa tão importante em minha vida.

Às minhas colegas e parceiras de jornada acadêmica Kellen de Deus, Diandra Barbosa e Luciana Brito pelo incentivo, apoio, companheirismo, troca de conhecimento, risadas, conversas e amizade ao longo dessa caminhada. Cada aprendizado compartilhado tornou essa trajetória mais especial e enriquecedora.

À minha orientadora, Ma. Isaura Francisco, meus sinceros agradecimentos pela paciência, atenção e dedicação em cada orientação que me deste durante essa jornada. Sua sabedoria, disponibilidade, apoio e excelência foram fundamentais para que eu concluísse essa etapa. Obrigada por sua maestria durante todo o processo.

Agradeço à Universidade do Estado da Bahia, campus XVII, por todo suporte e pela qualidade de ensino que deste a cada estudante. Aos professores, funcionários e colegas, meus sinceros reconhecimentos por toda dedicação e trabalho. Fizeram da Universidade um espaço acolhedor.

E, por fim, aos meus colegas da turma 2019.2, agradeço pelos momentos de aprendizados, alegrias e companheirismo ao longo dessa caminhada. Foram anos de desafios, mas também de muitas conquistas, conversas, risadas e ideias partilhadas. Os levarei comigo na lembrança e no coração.

Como jovens-adultos trabalhadores, levam as esperanças de que percursos escolares retomados garantam-lhes o seu direito a uma vida justa, menos injusta. Humana. Como mestres-educadores, reinventam suas identidades profissionais e, em práticas coletivas, reinventam temas de estudo, de formação para entenderem seu ofício de mestre capazes de garantir o direito dos educandos a entenderem-se injustiçados, mais resistentes (Arroyo, 2017, p.07).

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional essencial para a inclusão social, pois visa atender pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade regular ou que interromperam seus estudos. Contudo, a evasão escolar é um desafio recorrente, comprometendo a permanência desses estudantes no ambiente educacional. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de produções acadêmicas disponíveis no repositório SciELO, os fatores que influenciam a evasão e a permanência dos alunos na EJA no período de 2014 a 2023. A pesquisa aborda aspectos como as condições socioeconômicas dos estudantes, a eficácia das políticas públicas, as estratégias pedagógicas empregadas e as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos. Utiliza-se como metodologia a análise documental e bibliográfica, com base em autores como Freire (1996) e Oliveira (2018), além de um levantamento do estado da arte, realizado a partir de estudos disponíveis no repositório do SciELO. Os resultados incluem a identificação de práticas pedagógicas e políticas educacionais que promovam maior inclusão e equidade, além de contribuir para a reflexão acerca da importância de uma abordagem educacional que considere as particularidades e os desafios dos alunos da EJA. O estudo também busca colaborar para que professores e gestores adotem estratégias que incentivem a continuidade dos estudos, promovendo uma educação mais justa e acessível.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Evasão Escolar, Permanência, Políticas Públicas;

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) is an essential educational modality for social inclusion, as it aims to serve individuals who did not have access to schooling at the regular age or who interrupted their studies. However, school dropout remains a recurring challenge, compromising the retention of these students in the educational environment. This study aims to analyze, through academic productions available in the SciELO repository, the factors influencing dropout and retention in EJA between 2014 and 2023. The research addresses aspects such as students' socioeconomic conditions, the effectiveness of public policies, pedagogical strategies employed, and the difficulties faced by these individuals. The methodology consists of documentary and bibliographic analysis, based on authors such as Freire (1996) and Oliveira (2018), as well as a state-of-the-art survey conducted from studies available in the SciELO repository. The expected results include identifying pedagogical practices and educational policies that promote greater inclusion and equity, as well as contributing to reflections on the importance of an educational approach that considers the specificities and challenges of EJA students. The study also seeks to assist teachers and administrators in adopting strategies that encourage students to continue their studies, promoting a fairer and more accessible education.

Keywords: youth and adult educativo, school dropout, retention, public policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos encontrados sobre permanência e evasão na educação de jovens e adultos (EJA) no período de 2014 a 2023.....	16
Quadro 2 – Artigos relacionados a EJA como instrumentos de inclusão para aqueles que não Tiveram escolarização na idade própria.....	35
Quadro 3 - Artigos relacionados a evasão e permanência na Educação de Jovens e Adultos.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PROEJA	Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Juventude e Cidadania
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEC	Secretaria Estadual de Educação e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE DE ENSINO.....	19
4	A EJA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO	31
5	EVASÃO E PERMANÊNCIA: FACES OCULTAS DA EJA	43
6	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

A educação é fundamental para a formação do sujeito como ser humano crítico perante a sociedade e para transformar a realidade em que se vive. No entanto, muitos jovens e adultos ainda não têm acesso à escolarização, seja por não terem tido a oportunidade de ingressar na escola na idade regular, seja por não terem conseguido concluir seus estudos devido a diversos fatores sociais, culturais e econômicos. No contexto brasileiro, é importante lembrar que a educação formal teve início no período da colonização, quando os portugueses chegaram ao território brasileiro com a missão de catequizar os povos indígenas ao catolicismo. Trouxeram consigo a Ordem dos Jesuítas para educar esses povos, com o objetivo de impô-los à cultura e a fé europeia. Enquanto a elite colonial tinha acesso a uma educação privilegiada, os povos indígenas foram submetidos à escravização. Felizmente, com o passar do tempo, a situação começou a mudar e a educação se tornou mais acessível, permitindo que os menos favorecidos conquistassem um espaço no campo educacional e, conseqüentemente, uma vida mais digna.

Ao longo dos anos, diversos programas educacionais foram criados para reduzir a desigualdade educacional, com objetivos variados, conforme as necessidades da população e as especificidades de cada época. Esses programas, no entanto, têm um propósito comum: promover, por meio da alfabetização, a inclusão social e reduzir a desigualdade no país. Os principais programas de Educação de Jovens e Adultos tiveram início em 1961, com o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), durante o regime militar, sendo posteriormente substituído, em 1985, pela Fundação EDUCAR. Essas iniciativas abriram caminho para a Educação de Jovens e Adultos, que foi oficialmente regulamentada em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reconheceu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade de ensino para pessoas jovens e adultas. A partir dessa regulamentação, o poder público passou a ter a responsabilidade de oferecer uma educação formal e gratuita que atendesse às necessidades daqueles que tiveram seu ensino interrompido ou que nunca frequentaram a escola.

É importante destacar que compreender a relevância da Educação de Jovens e Adultos é essencial, pois essa modalidade de ensino visa à transformação social. Por meio dela, pessoas que não tiveram escolarização ou que não conseguiram concluir seus estudos na idade regular ganham novas aprendizagens e oportunidades, uma vez que, segundo Fonsêca, (2013, apud Alves; Silva; Silveira; 2013), a EJA é definida pelo perfil dos estudantes, que são excluídos da

escola por motivos socioeconômicos desfavoráveis e pela oferta de ensino que não consegue atender todos (Fonsêca, 2013, apud Alves; Silva; Silveira; 2013)

Vale ressaltar que, embora a EJA seja voltada principalmente para aqueles que não concluíram seus estudos na idade escolar tradicional, existem casos de jovens que, mesmo não tendo interrompido seus estudos, procuram essa modalidade por razões como flexibilidade de horários e melhorias no mercado de trabalho. A EJA foi criada para resgatar os direitos de pessoas que foram privadas de direitos básicos e de uma atuação digna na sociedade, devido à exclusão por uma sociedade individualista e capitalista.

A EJA, portanto, surgiu como resposta das lutas sociais que pressionaram o governo a reparar uma dívida histórica com as pessoas excluídas do acesso à educação, o que gerou altos índices de analfabetismo no país. Sua criação visou permitir que essas pessoas pudessem estudar, mesmo fora da faixa etária convencional, oferecendo ensino gratuito e acessível a todos, garantindo a conciliação entre estudo, trabalho e outras obrigações da vida adulta. A EJA foi consolidada como modalidade educacional no Brasil por meio da LDB, em 1996, estabelecendo a obrigação do Estado de garantir Educação Básica a todos, abrangendo o Ensino Fundamental e Médio.

Apesar dessa mudança, o Brasil ainda enfrenta um grande número de analfabetos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), cerca de 11,4 milhões de pessoas não sabem ler nem escrever e não conseguiram concluir seus estudos, devido a obstáculos que impediram o acesso à educação. Essas pessoas são, em sua maioria, jovens e adultos que retornaram à escola em outra fase da vida, mas que ainda enfrentam dificuldades para permanecer na escola, devido a fatores como condições socioeconômicas desfavoráveis, práticas pedagógicas inadequadas e falta de suporte institucional e familiar. Isso pode resultar na evasão escolar, mesmo quando o Estado garante uma educação formal, gratuita e acessível a todos.

A evasão escolar é um fenômeno preocupante nas escolas da EJA, afetando negativamente a continuidade dos estudos. De acordo com o Censo Escolar, o Ensino Médio apresenta a maior taxa de evasão, com 5,9%. Entre 2020 e 2021, o número de matrículas na EJA aumentou 1,6% no 1º e 2º ano do ensino médio, e 0,4% no 3º ano (Agência Brasil, 2024). No entanto, o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) aponta que as matrículas na EJA continuam a diminuir desde 2018. A evasão escolar, portanto, continua sendo um desafio a ser superado, afetando tanto a educação regular quanto a EJA, impactando diretamente a vida profissional e pessoal dos alunos. Na EJA,

as taxas de evasão são ainda mais altas, pois muitos alunos precisam conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares, o que dificulta sua permanência na escola.

No entanto, mesmo diante de tantas adversidades, existem alunos que, apesar das dificuldades, encontram razões para continuar seus estudos na EJA. A compreensão das causas da evasão e da permanência desses alunos é fundamental para identificar estratégias eficazes para minimizar o abandono escolar. Como destaca Oliveira (2018, p. 107) “[...] em geral, os estudantes da EJA possuem uma considerável experiência de vida e já aprenderam diferentes coisas em diferentes contextos pela necessidade que a vida lhes impõe” A pesquisa busca entender as experiências desses sujeitos, suas características socioeconômicas, suas perspectivas de vida, suas expectativas em relação à educação e os fatores, que contribuem para sua permanência ou evasão.

O objetivo deste estudo é analisar os fatores que influenciam a evasão e a permanência dos alunos na EJA entre 2014 e 2023, com base nas pesquisas publicadas no Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além disso, a pesquisa visa compreender os desafios enfrentados pelos alunos e as contribuições das políticas públicas e das práticas pedagógicas para a melhoria do processo educacional. Para isso, foi feita uma análise crítica das práticas pedagógicas e das políticas educacionais, de modo a garantir a permanência dos alunos na EJA. Essa análise contribuirá para que os professores possam desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes, respeitando a experiência de vida de seus alunos e considerando suas necessidades específicas.

O presente trabalho tem como tema central “Permanência e evasão dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos: o que dizem as produções do repositório do SciELO no período de 2014 a 2023”, abordando os principais fatores que influenciam o abandono e a permanência escolar dos estudantes da EJA. Ele tem foco nas dificuldades enfrentadas pelos sujeitos dessa modalidade, as políticas públicas que asseguram a permanência dos estudantes e as práticas pedagógicas adotadas pelos educadores que influenciam a decisão de permanecerem ou abandonarem o ambiente escolar. Sendo assim, a pesquisa foi estruturada em capítulos no qual envolvem a metodologia que explica como ela ocorreu, especificando o seu passo a passo e apresentando todos os trabalhos encontrados em uma tabela. Em seguida as leis e normativas relacionadas a EJA, de como ela virou modalidade de educação e como as mesmas asseguram o acesso e permanência de todos os estudantes que não tiveram educação na idade regular. A análise dos artigos será a seguir, no qual será dividida em tópicos as discussões dos autores. E por fim, a conclusão, onde será feito um apanhado geral, trazendo intervenções para os motivos de evasão e melhoraria para a permanência escolar.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Podemos considerar a pesquisa como importante base de obtenção e aprimoramento de todo conhecimento científico. Nesse viés, Silva et al. afirmam que:

A pesquisa é a busca de determinada informação no qual não se tem nenhum conhecimento ou quando o conhecimento é limitado. Tem como objetivo a investigação das informações disponíveis em relação ao tema da pesquisa, a fim de se obter uma nova informação ou um novo olhar sobre o tema pesquisado (Silva et al. 2012, p. 03)

Sendo assim, a realização da pesquisa como método investigativo é de suma importância para buscarmos respostas, adquirirmos novas informações e conhecimentos sobre o proposto tema e sobre qualquer outra pesquisa social. “Contudo, a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo” (Piana, 2009, p. 119). Dessa maneira, essa pesquisa teve apoio de um conjunto de métodos que auxiliou o desenvolvimento da mesma para chegar aos bons resultados. Vale ressaltar que o “Método é o caminho para se realizar alguma coisa e quando se tem o caminho, torna-se mais fácil realizar viagens sabendo onde se está e aonde se quer chegar e como fazê-lo” (Pereira et al. 2018, p. 67).

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, no qual permitiu um maior aprofundamento sobre a Educação de Jovens e Adultos. Essa abordagem possibilitou acesso a pesquisa documental e a uma revisão sistemática, com foco na análise de estudos e publicações disponíveis no repositório do SciELO, além de outros materiais acadêmicos significativos entre 2014 a 2023. É importante salientar que a pesquisa qualitativa permitiu uma análise mais detalhada sobre os fenômenos sociais e humanos, no qual ofereceu uma experiência mais rica e profunda, através de uma determinada realidade, visto que ela “[...]”está enraizada nas Ciências Sociais uma vez que alcança significados articulados à realidade do objeto pesquisado como crenças, valores e atitudes” (Rodrigo et al, 2021, p.158). Além disso “A pesquisa qualitativa usa texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (Flick, 2009, p. 16). Sendo assim, a partir do mesmo foi feita uma análise de conteúdos nos quais foram identificados elementos importantes que contribuíram para compreensão e interpretação do tema pesquisado, visto que “[...]os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões

sobre o fenômeno em estudo” (Pereira et al, 2018, p. 67). A pesquisa teve como objetivo explorar, interpretar e conhecer o objeto de estudo com o intuito de aproxima-se melhor da realidade da Educação de Jovens e Adultos e compreender como eles enquanto estudantes asseguram sua permanência na escola.

A escolha da pesquisa qualitativa para analisar a evasão e permanência na Educação de Jovens e Adultos fundamenta-se pelo fato de que ela permitiu um aprofundamento mais detalhado sobre essa modalidade de ensino, suas dinâmicas sociais, as experiências e trajetórias dos seus sujeitos e seus aspectos de vida, além de identificar fatores que levam os alunos a permanecerem ou evadirem a EJA.

Em um estudo qualitativo, faz-se necessário fundamentar teoricamente a pesquisa, de forma que tenha um embasamento sólido, pois a base teórica fornece alicerce para a interpretação de dados. Para analisar e interpretar os dados, foi realizada uma pesquisa do tipo documental, que fez parte dessa investigação e ajudou a identificar documentos e estudos anteriores sobre a EJA, para assim ter uma visão mais ampla sobre a realidade dos estudantes que procuram essa modalidade e compreender o que fazem evadirem ou permanecerem na escola, além de fomentar a realização de novas pesquisas na área. Por meio dela foram revisados documentos e artigos acadêmicos, com o intuito em investigar essa modalidade tão importante, os seus sujeitos e os motivos que fazem evadirem ou permanecerem na escola. Segundo Godoy (1995, P.22) “O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e / ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental” A autora acrescenta que “Uma das vantagens básicas desse tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância” (Godoy,1995, p.22). Nesse sentido uma das vantagens desse tipo de pesquisa é que ela permite pesquisarmos e estudarmos fenômenos sem uma interação física com as pessoas envolvidas. Vale ressaltar que “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. (Lakatos; Marconi, 2003, p. 174). Dessa forma é por meio de obras publicadas no repositório do SciELO no período de 2014 a 2023 e outras matérias acadêmicas que foi desenvolvido o presente estudo.

Para ampliar a profundidade da pesquisa foi realizada uma pesquisa documental do tipo revisão sistemática que é “[...]uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente,

verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto” (Galvão; Ricarte, 2020, p. 59). Ela permitiu mapear com mais detalhes o que os autores encontraram em seus artigos, sobre a evasão e permanência dos alunos na Educação de Jovens e Adultos, no qual foi analisado cada produção, onde passou por um processo de inclusão ou exclusão dos mesmos. Nesse sentido:

Ao viabilizarem, de forma clara e explícita, um resumo de todos os estudos sobre determinada intervenção, as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos (Sampaio; Marconi, 2007, p.84).

Sendo assim, foi analisado pela mesma todos os estudos significativos sobre a EJA, nos quais foram identificados resultados e um maior conjunto de demonstrações.

A pesquisa documental do tipo revisão sistemática foi feita de forma criteriosa através das publicações de 2014 a 2023 presentes no repositório do SciELO, onde tentou buscar responder de forma clara e objetiva as questões apresentadas nesse trabalho, focando na permanência e evasão dos estudantes da educação de Jovens e Adultos. Esse levantamento teve como objetivo construir o estado da arte sobre o tema para assim, identificar suas maiores discussões, suas limitações e lacunas existentes.

É importante destacar que em toda pesquisa científica, é necessário analisar as informações obtidas antes de divulgá-la, mas também, torna-se importante analisar como será feito o processo das coletas dessas informações. Nesse sentido, a análise de dados ocorreu com ética e se deu por meio da análise de conteúdo que é “[...]um procedimento clássico para analisar materiais de texto de qualquer origem, de produtos da mídia a dados de entrevistas” (Flick,2013 p.134). Além disso “A análise de conteúdo é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações[...].” (Bardin, 1977, p. 30 apud Oliveira, 2011, p. 46) que tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraíndo conteúdos por trás da mensagem analisada” (Oliveira, 2011, p.46). Ela foi feita por meio dos materiais publicados no SciELO, onde tornou-se possível a identificação e interpretação dos dados e do tema, visto que “[...] tal encaminhamento permite ao pesquisador uma maior aproximação com o sentido do conteúdo, já que a construção das unidades de análise se faz a partir da compreensão do conteúdo” (Oliveira, 2011, p. 48). Nesse sentido a análise ocorreu de forma clara, objetiva e exclusiva, no qual foi colhida todas as informações necessárias e buscou melhor interpretá-las.

Sendo assim ocorreu criteriosamente o levantamento de dados que foi realizado no repositório do SciELO, uma biblioteca virtual de grande relevância para o público em geral,

especialmente para os estudantes envolvidos em atividades acadêmicas e científicas. Ela é reconhecida por reunir artigos de diversas áreas publicadas periodicamente, contendo uma diversidade de autores e trabalhos significativos, contribuindo para a compreensão e pesquisa do leitor. A escolha dessa plataforma digital para o estudo em questão, justifica-se pelo fato da mesma possuir trabalhos acadêmicos voltados para o tema “permanência e evasão dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA)” e por abranger outros aspectos e tópicos essenciais para essa investigação, no qual contem trabalhos associados a temática no período de 2014 a 2023.

A pesquisa deu início no dia 18 de novembro de 2024 às 15:30 da tarde, no qual foi iniciada na biblioteca digital do SciELO, por meio das palavras-chaves relacionadas ao objeto de estudo, sendo elas: Permanência + Evasão + Educação de Jovens e Adultos. A decisão de escolher estes descritores se baseia no fato do interesse e identificação com a tema escolhido, por a evasão ser tão presente nesta modalidade de ensino e pela persistência de muitos alunos em permanecer estudando em meio a tantos desafios. A investigação foi delimitada pelo ano das publicações, onde foi escolhido o período de 2014 a 2023, uma vez que nestes anos houve uma grande demanda de artigos publicados sobre a EJA e por serem estudos mais atuais. Esse aumento na produção acadêmica neste período está relacionado a mudanças nas políticas públicas, impactos econômicos e sociais que afetam diretamente a evasão e permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos. As seleções dos artigos ocorreram de forma criteriosa, nos quais foram analisados temas e resumos, possuindo objetivos relacionados, focado nos sujeitos da EJA, as políticas públicas, práticas pedagógicas, fatores socioeconômicos que afetam tanto a evasão como a permanência dos estudantes na escola. Dessa forma, foram encontrados doze artigos de grande relevância e alinhado ao tema.

Quadro 1 - Artigos encontrados sobre permanência e evasão na educação de jovens e adultos (EJA) no período de 2014 a 2023

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
2015	Daniele da Silva Maia Gouveia; Alcina Maria Testa Braz da Silva	A formação educacional na EJA: Dilemas e representações sociais	Educação de jovens e adultos; expectativa; representações sociais
2015	Gustavo Cunha de Araújo; Ana Arlinda de Oliveira	O ensino de arte na educação de jovens e adultos: uma análise a partir da experiência em Cuiabá (MT)	Ensino de arte; educação de jovens e adultos; práticas pedagógicas; concepções sobre arte
2018	Monica Ribeiro Silva;, Ceuli Mariano Jorge	O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do Proeja	Proeja; educação profissional técnica de nível médio. Permanencia e abandono escolar
2019	Alef de Oliveira Lima	As origens emocionais da evasão; apontamentos etnográficos a partir da educação de jovens e adultos	Evasão; EJA; antropologia das emoções; etnografia
2019	Ana Claudia Ferreira Godinho; Maria Clara	Escola, trabalho e gênero: uma experiência da educação de jovens	Educação de jovens e adultos; trabalho e gênero; educação

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
	Bueno Fischer	e adultos na rede pública do ensino de Porto Alegre	popular; saberes
2019	Francisca Rodrigues Pini	Educação popular em direitos humanos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos: uma experiência do projeto mova-Brasil	Alfabetização; educação popular; direitos humanos
2020	Paula Cabral; Elenice Maria Cammarosano Onofre; Maria Herminia Lage Fernandes Laffin	EJA e trabalho docente em espaços de privação de liberdade	EJA; espaço de restrição e privação de liberdade; políticas públicas; trabalho de professores
2021	Alcides Alves de Souza filho; Atenuza Pires Cassol; Antônio Amorim	Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização	EJA; juvenilização; ensino de qualidade; escolarização
2021	Cecilia de Souza Reibnitz; Ana Carolina Staub de Melo	Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a educação de jovens e adultos	Educação de jovens e adultos; pesquisa como princípio educativo; práticas pedagógicas
2022	Maria de Fatima Feitosa Amorim Gomes; Marinaide Lima de Queiroz Freitas; Paulo Marinho	Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades	Proeja; cursos profissionais; perfis dos estudantes
2022	Kleyne Cristina Dornelas Souza; Maria Clarisse Vieira	Pobreza e resiliência nas narrativas dos educadores da EJA em situação de rua	Educação de jovens e adultos; pessoas em situação de rua e resiliência
2023	Ana Karina Brenner; Paulo Cesar Rodrigues Carrano	Entre trabalho e a escola: cursos de vida de jovens pobres	Cursos de vida; EJA

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2024)

O quadro acima apresenta artigos selecionados para análise documental, nos quais abordam diferentes aspectos sobre a EJA, dentre eles a permanência e evasão dos seus estudantes. Alguns desses artigos abordam profundamente o tema central dessa pesquisa, levando a entendermos as causas sociais, econômicas e culturais que levam os sujeitos a frequentarem a EJA, permanecerem nela ou a evadirem. Dessa forma serão discutidos, a seguir, documentos e artigos relacionados com as políticas públicas dessa modalidade, considerando a EJA como instrumento de inclusão, e os motivos de permanência e evasão dos seus estudantes.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE DE ENSINO.

Quando falamos sobre a EJA, lembramos de toda sua trajetória ao longo dos anos, das suas transformações, seus desafios e tudo que se passou para virar uma modalidade de ensino e um instrumento de inclusão social, como nos dias de hoje. A EJA tem uma história marcante, no qual o seu surgimento está ligado ao período colonial em 1549, onde a “educação” daquela época, passada dos portugueses para os índios e escravos não tinham foco nas suas formações acadêmicas e no desenvolvimento intelectual e científico dos mesmos, mas sim para catequizá-los ao cristianismo e educá-los para plantios e colheita de lavouras, pesca e dentre outros (Rodrigues et al, 2017).

É importante destacar que antes da chegada dos colonizadores ao Brasil, os indígenas que foram os primeiros povos desta terra possuíam a sua própria cultura, sua fé e viviam por conta própria, onde cultivavam seus alimentos para suas sobrevivências, tinham atividades distintas que eram divididas entre homens e mulheres e aprendizados partilhados de geração em geração. No entanto com a chegada dos portugueses ao país essa realidade mudou, pois, os povos originários passaram a serem explorados, torturados e maltratados, nos quais os jovens e adultos não tinham acesso a uma educação formal, onde eram vistos como mãos de obras e pessoas sem almas que precisavam seguir o catolicismo trazidos pela ordem de jesuítas que os ensinavam ler e escrever para recitar orações e cânticos da religião, enquanto a elite tinha acesso a outro tipo de educação. (Rodrigues et al, 2017)

Conseqüentemente em 1752, os jesuítas foram expulsos das colônias portuguesas por Marquês de Pombal, ministro de Portugal, fazendo assim com que ocorresse grandes mudanças no cenário educativo do país, onde o governo passou a ser laico e sem influência religiosa, e a educação passou a ser responsabilidade do estado português. Desde então, importantes transformações aconteceram no Brasil, como a Proclamação da República em 1889, a expulsão dos portugueses e a constituição federal em 1988 que foi criada depois da ditadura militar, de forma democrática, no qual instituiu normas e direitos aos cidadãos brasileiros, estabelecendo a educação como direito de todos e dever do estado e da família.

Sendo assim, a educação formal que era negada para as crianças, jovens e adultos vulneráveis no tempo colonial e em diversos períodos da história se tornou direito, no qual passa a ser obrigação tanto do estado como dos membros familiares em garantir que o sujeito tenha uma formação individual, desenvolva a cidadania e colabore com a sociedade em que vive. Essa garantia é consolidada no artigo 208 da constituição federal de 1988 que cita em seu inciso I a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de

idade, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988, Art. 208, I).

Nesse sentido o governo passa a ser legivelmente responsável em ofertar e garantir uma educação gratuita a pessoas de todas as idades, tendo também o compromisso em oferecer o Ensino Fundamental e Médio para aqueles que não conseguiram concluir os estudos na idade regular ou que nunca frequentaram a escola, assegurando o acesso e permanência a todos, onde os cidadãos, independentemente da idade, raça, cor, sexo e religião possam ser tratados como iguais e ter acesso a escola, as informações, ao aprendizado e a mais chance de conseguir uma vida digna, visto que segundo a Constituição Federal de 1988 todos os cidadãos têm o pleno direito à cidadania e a igualdade.

A lei constitucional foi um marco fundamental que consolidou a educação como direito de todos, trazendo um ensino igualitário e mudanças significativas no sistema educacional brasileiro, impulsionando a criação de novas leis que complementasse e atendesse as necessidades e desafios do ensino no país, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, detalhando como a funcionaria na prática. Dentre elas, está a Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que especifica normas para a educação brasileira como um todo e instituiu a EJA como modalidade de ensino, uma vez que a mesma não era reconhecida oficialmente no contexto educacional e não possuía políticas públicas próprias que atendesse as suas necessidades, pois, mesmo a Constituição Federal garantindo uma educação a todos, a Educação de Jovens e Adultos era vista apenas como um meio de suprir a falta de escolarização das pessoas que não concluíram seus estudos na idade própria, visto que a atenção era mais voltada a educação regular destinada a crianças, adolescentes e jovens de até 17 anos.

Com a aprovação da Lei 9.394/1996 e seu artigo 37, a Educação de Jovens e Adultos passou ser uma modalidade de educação destinada para os sujeitos que não iniciaram ou não deram continuidade aos estudos no Ensino Fundamental e Médio e se firmou como instrumento de ensino que transmitirá aprendizado ao longo da vida dos estudantes. Vale ressaltar que as pessoas que procuram a EJA são jovens, adultos e idosos que na maioria das vezes desistiram da escola para trabalhar desde muito cedo e ainda continuam trabalhando, seja fora ou dentro de casa, no qual precisam conciliar estudo e serviço e passam desafios para permanecerem estudando. Tendo em vista esse público, o inciso I do artigo 37 aborda que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

Com isso, a Educação de Jovens e Adultos é oferecida pelas instituições de ensino de forma flexível, onde alinhara com a vida pessoal do estudante, dos seus interesses e necessidades, para que ele continue na escola sem abrir mão do seu trabalho ou dos estudos.

A legislação também evidencia que esse ensino objetiva ainda oferecer cursos e exames supletivos, nos quais possam ajudar as pessoas jovens e adultas a concluírem o Ensino Fundamental e Médio de forma rápida, já que esse método de ensino visa atender as demandas desses indivíduos e acelerar a sua formação acadêmica, uma vez que ambos têm um contexto de vida muito diverso, nos quais buscam uma melhoria por meio dos estudos e sentem a necessidade de uma formação rápida e de qualidade, no qual estar expresso no Art. 38. Os cursos e exames supletivos são de acordo com a LDB, conforme afirmado no parecer CNE/CEB nº 11 de 2000 “[...] meios pelos quais o poder público deve viabilizar o acesso do jovem e adulto na escola de modo a permitir o prosseguimento de estudos em caráter regular tendo como referência a base nacional comum dos componentes curriculares” (Brasil, 2000, p.31).

Os mesmos são ferramentas importantes que devem ser organizadas de maneira que garantam a esse público o acesso e permanência na escola, nos quais seu currículo possuam uma duração e respeite as orientações firmadas pelas diretrizes e base nacionais. Essa orientação equivale tanto a cursos presenciais, quanto a semi-presenciais e a distância, acompanhando e avaliando o aluno para uma melhor formação. Para que eles sejam bem-organizados, o estado e municípios devem estabelecer e organizar as disciplinas que serão ministradas e o método de avaliação, fazendo com que tenham uma educação apropriada. É importante ressaltar que ambos são oferecidos por instituições autorizadas pelo governo.

Dessa forma, a LDB foi criada para nortear diversos aspectos da educação no Brasil, incluindo a EJA, nos quais todos possam ter acesso a ela, onde permaneçam estudando com um ensino de qualidade e tenham uma formação adequada. Além disso, a LDB trouxe contribuições importantes na estrutura e organização da educação nacional, onde especificou de maneira coerente o passo a passo que dariam cada modalidade de educação, para assim contribuírem e desenvolverem um ensino eficaz que contemplasse a todos, principalmente a educação de Jovens e Adultos, funcionando como um indicativo importante na criação de políticas públicas que atendessem a esse grupo.

Entretanto, mesmo com esse avanço significativo, ainda haviam pontos a serem resolvidos e lacunas a serem ajustadas para uma maior eficiência no cenário educativo da EJA, possuindo uma necessidade da criação de um parecer mais funcional que assegurasse o acesso e permanência dos estudantes nessa modalidade. A partir disso, surgiram debates, audiências e discussões que estruturaram e desenvolveram o parecer CNE/CEB 11/2000, documento esse

criado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos, instituindo diretrizes curriculares para a mesma no Brasil, caminhando lado a lado com a LDB, no qual detalha com mais clareza as suas normas e regulamentando os pontos importantes da EJA.

O parecer CNE/CEB 11/2000 inicialmente aborda uma realidade presente no Brasil: a divisão entre os alfabetizados e os analfabetos, os letrados e iletrados, pessoas essas que tiveram ou não escolarização, o que evidenciou a necessidade da criação de políticas públicas que transformassem essa situação, fazendo com que por meio da modalidade EJA tivessem acesso à educação. Vale destacar que o grande número de analfabetos no país é decorrente da desigualdade social marcada no passado e que reflete ainda nos dias de hoje, onde em sua maioria são pessoas pobres, negras, trabalhadores e de regiões periféricas, situações essas que impediram o acesso à escola e que ainda impossibilitam de frequentar a mesma por conta das difíceis condições de vida. Dessa maneira o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 reconhece que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (Brasil, 2000, p 5).

Nesse sentido, fica evidente a importância da Educação de Jovens e Adultos na inclusão social, no qual por meio dela, o indivíduo exerça sua cidadania de forma consciente e atue na sociedade em que vive, exercendo assim os seus direitos. A EJA é uma reparação social, que vem para corrigir as desigualdades implantadas por um sistema deficiente, onde quer resgatar as pessoas que foram privadas de possuírem uma educação formal. Essas pessoas foram e são essenciais na construção e sobrevivência da sociedade, pois por meio dos seus trabalhos árduos, contribuem valiosamente para o funcionamento do país.

Uma das formas de reparação presentes no parecer CNE/CEB nº 11/2000 oferecidas pela educação de jovens e adultos é que além da modalidade presencial há também oferta da modalidade a distância que se tem destacado como ferramenta essencial na promoção e ampliação do conhecimento, oportunizando o acesso à educação a aquelas pessoas que não podem se deslocar fisicamente até a escola, seja por conta do trabalho, distância, horário ou outros obstáculos enfrentados pelos mesmos. Os cursos à distância vêm se tornando cada vez mais presentes na EJA, onde as aulas mesmo não sendo presenciais são projetadas para atender as expectativas e demanda de cada aluno, permitindo de forma tecnológica a flexibilidade e o acesso ao aprendizado e a igualdade, nos quais os discentes possam se envolver com os

conteúdos durante os seus horários disponíveis. É relevante mencionar que esses métodos de ensino geram certificados e diplomas que devam ser desenvolvidos por instituições públicas ou privadas credenciadas, que utilizam de plataformas digitais para desenvolverem um ensino de qualidade, conforme apresentada nas diretrizes educacionais.

Como já apontado, a educação anterior a LDB não era ofertada as pessoas desfavorecidas economicamente, pois não se tratava do interesse político, considerando que davam valor apenas para a educação das pessoas da alta sociedade que sabiam ler e escrever e participavam de exames para ingressarem em cursos de níveis superior. Essa realidade foi se modificando ao longo dos anos, através das lutas dos movimentos sociais e das iniciativas e conquistas da sociedade, onde tinha o propósito de acabar com o analfabetismo no país e deixar a educação acessível a todos. Dessa forma, surgiu os documentos legais dessa modalidade educacional, sendo elas a Constituição Federal de 1988, a LDB Lei nº 9.394/96 e posteriormente o parecer CNE/CEB 2000 que fundamentou a elaboração das diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos.

Esses marcos legais foram e são importantes para a Educação de Jovens e Adultos, pois garantem o direito a todos de estudarem gratuitamente, mesmo não possuindo uma idade regular, garantindo um ensino de qualidade, onde possa ser valorizado os saberes, experiências e vivencias de cada educando. O cidadão que se sentir violado em seus direitos fundamentais, incluindo o direito a educação, caso tenha sido o negado ou desrespeitado, pode tomar algumas medidas que repare ou solucione o problema, pois está previsto na Lei nº 9.394/96 explicita no § 3º do art. 5º, que a educação obrigatória é direito público, onde possa ser acionada ao poder público para exigi-la.

A universalização da educação é o um caminho que garante a exclusão do analfabetismo, nos quais todos os brasileiros tenham acesso à leitura e escrita, garantindo uma oferta adequada, tanto para a educação básica, quanto para a Educação de Jovens e Adultos, assegurando a permanência dos trabalhadores na escola. Para que isso aconteça, o estado e municípios devem ofertá-la e “[...] garantir a oferta do ensino público noturno, regular e supletivo, adequado às necessidades do educando, assegurando o mesmo padrão de qualidade do ensino público diurno regular” (Brasil, 2000, p.29).

É importante apontar que no ano de 1996, o ensino não era universalizado, mesmo a educação sendo um direito para todos, visto existia na época um índice muito alto de analfabetos no país, pois de acordos com os dados e segundo o parecer CNE/CEB 11/2000, haviam 15 milhões de pessoas analfabetas no Brasil, nos quais eram distribuídas na região norte (na área urbana), nordeste, sudeste, sul e centro-oeste. O índice mais alto se estendia na região nordeste,

com o percentual de 28,7 % de pessoas que não sabiam ler ou escrever, sendo em sua maioria sujeitos com idades mais avançadas. Essa alta taxa de analfabetismo na região tem relação com a desigualdade social e econômica que sofria, uma vez que o período era marcado por maiores dificuldades, pobreza e trabalho, nos quais as maiorias da população nordestina trabalhavam desde muito cedo para sobreviver, o que faziam não ter acesso a escola e a educação, resultando assim em um grande número de analfabetos. Já em relação a todo país, fica evidente que mesmo diante de algumas conquistas e avanços educativos, haviam milhares de pessoas que não tinham contato com a escola, por diversos fatores, o que impossibilitaram a aquisição da leitura e escrita (Sampaio; Hizim, 2022)

Posteriormente no ano seguinte, em 1999, cresce o interesse de algumas pessoas em começar ou voltarem a estudar, pois segundo dados e pesquisas realizadas pelo MEC/INEP/SEC, o percentual de matriculados na EJA aumenta durante esse período. De acordo com os mesmos, no fim dos anos 90 foram oferecidos no país cerca de 17.234 estabelecimentos, para que as pessoas jovens e adultas pudessem estudar. Nesses estabelecimentos tiveram 161.791 pessoas matriculadas em salas de alfabetização; 2.109.992 em salas do Ensino Fundamental; 656.572 no Ensino Médio e 141.329 em cursos profissionalizantes, evidenciando o interesse da população em prosseguir com os estudos (Brasil, 2000)

Vale a pena evidenciar que muitos estudantes matriculados na EJA possuem uma visão de escola diferente dos estudantes da educação básica regular, pois para eles o âmbito educacional é um espaço de reconstrução, recomeço e inclusão, enquanto os educandos em idade adequada visam o seu futuro acadêmico e profissional. Apesar dessas diferenças, ambos precisam de um ensino de qualidade que promovam o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

Convém ainda mencionar que os alunos da Educação de Jovens e Adultos, por terem faixas etárias distintas, conhecimentos variados e por apresentarem necessidades específicas, requerem mais atenção dos educadores, pois segundo o parecer CNE/CEB 11/2000:

Tal combinação da faixa etária e nível de conhecimentos exige professores com carga horária conveniente e turmas adequadas para se aquilatar o progresso obtido, propiciar a avaliação contínua, identificar insuficiências, carências, aproveitar outras formas de socialização e buscar meios pedagógicos de superação dos problemas (Brasil 2000, p. 36).

Assim, é importante o monitoramento e acompanhamento por parte dos professores, onde desenvolvam práticas pedagógicas que facilitem o aprendizado dos estudantes e percebam as suas dificuldades, pois quando eles não adotam estratégias de ensino eficazes, colaboram

para evasão e analfabetismo dos alunos. É importante salientar, que todo educador deve estar bem formado e qualificado para suprir as necessidades da sala de aula, independentemente da modalidade que atua, no entanto, quando se refere a EJA, é essencial que o professor tenha conhecimentos específicos e esteja preparado para atender esse público, pois “[...]além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino” (Brasil, 2000, p. 57).

Assim, o parecer CNE/CEB 11/2000 vem evidenciar de forma clara e detalhada a necessidade da formação docente na EJA, uma que vez que essa modalidade requer uma maior atenção e cuidado com seus sujeitos. Essa diretriz é importante para trabalhar a Educação de Jovens e Adultos com mais qualidade, equidade e clareza e dar espaço para outras legislações que vem acrescentar mais nas políticas públicas referentes a mesma.

Logo após o parecer, vem a criação do Decreto 4.834/2003, que vem consolidar a EJA e implementar o Programa Brasil Alfabetizado, cuja finalidade é eliminar o analfabetismo no país, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento e aprendam a ler e escrever (Brasil, 2003).

Sabemos o quanto a alfabetização é essencial na vida e no cotidiano de todo ser humano, visto que ela é o ponto de partida para o exercício da cidadania, comunicação, socialização e aquisição de toda e qualquer informação. Sem ela as pessoas encontram desafios e enfrentam dificuldades em seu dia a dia, tanto na comunicação com outros sujeitos, quanto na participação ativa na sociedade. Tendo em vista o grande número de analfabetos no país, entre eles jovens e adultos, o governo instituiu por meio do artigo 2 do decreto nº 4.834/2003, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, órgão esse composto por pessoas conhecidas nacionalmente, que desempenharam papéis importantes, de forma voluntária. A essas que se destacaram na eliminação do analfabetismo, receberam a medalha intitulada Paulo Freire, homenagem ao educador, escritor e defensor da Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2003).

Dando continuidade, o Decreto seguinte, nº 6.093/2007, tendo em vista a alta taxa de analfabetos no país, referente aos dados do ano 2000, vem detalhar com maior precisão o Programa Brasil Alfabetizado e reforçar o atendimento a jovens e adultos de 15 anos ou mais anos de idade e estados e municípios com maior índice de analfabetismo. Esse público contará com apoio de docentes da rede básica, nos quais terão formação na educação pública ou privada, como é apresentado no inciso II e III do artigo 3º. (Brasil, 2007). A elaboração do Plano Plurianual de Alfabetização disporá de metas de alfabetização, em que possuirá taxa de analfabetismo; metodologia de formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas; diretrizes pedagógicas de alfabetização; sistema de acompanhamento e gestão de programa e

dentre outros. O mesmo poderá utilizar de dados referentes a situação socioeconômica, demográficas e da saúde dos alunos e dos seus familiares.

Dentro das salas de aula, os alunos jovens e adultos surdos que também eram excluídos nos sistemas educacionais por muito tempo, passam a ter direito a um alfabetizador ou a um intérprete de libras para atender as suas necessidades e colocarem em prática seus direitos que foram negados por muito tempo. O ensino torna-se apropriado as demandas desses indivíduos, onde em sua alfabetização começam a aprender a língua de sinais como meio de comunicação e aprendizado, onde se utilizam de materiais pedagógicos adaptados. As atuações dos professores deverão ser de forma voluntária, no qual “[...] poderá receber bolsa, para custeio das despesas realizadas no desempenho de suas atividades no Programa, mediante pagamento direto” (Brasil, 2007, p.01). Vale também ressaltar, que esses educadores devem estar capacitados para proporcionar um atendimento mais eficaz aos estudantes surdos.

O Programa Brasil Alfabetizado e seu Decreto 6.093/2007 foi um marco essencial no combate do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos, no qual colaborou com a alfabetização de muitos indivíduos (Brasil, 2007). No entanto ao longo dos anos, fez-se necessário instituir suas diretrizes e ampliá-lo para que chegasse ao conhecimento de mais pessoas analfabetas, inclusive aquelas de 15 ou mais idade que não estão matriculadas em nenhuma instituição de ensino.

Dessa forma, foi-se fundamental a criação de um novo Decreto, sendo ele a Lei nº 10.959, instituído em 8 de fevereiro de 2022 (Brasil, 2022). Esse Decreto tem como objetivo aumentar o número de alfabetizados no Brasil, no qual afirma em seu parágrafo único do artigo 1º, em que a alfabetização será destinada àqueles jovens e adultos que não tiveram acesso à escola formal. Além disso, no Artigo 2º, inciso III, estabelece princípios como “A valorização e o reconhecimento da histórica contribuição da Educação Popular nas ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos” (Brasil, 2022). Ele reconhece essa população como “fazedores de história”, onde suas experiências, vivências e saberes contribuem no processo de alfabetização, no qual devem ser levadas em consideração nas práticas educativas para serem valorizadas.

Esse processo passa ser então priorizado em regiões e localidades com altas taxas de analfabetismo, onde tem como finalidade diminuí-la. É relevante também destacar que esse alto índice vem de pesquisas referentes ao IBGE, no qual coleta e atualiza os dados para definir em qual localidade possuem indivíduos com necessidades educacionais e quais precisam do Programa Brasil Alfabetizado. Além disso, o programa deve promover aos seus educandos exames oftalmológicos, caso precisem para assim conseguirem um bom desempenho e aprender a ler e escrever sem dificuldades. É oferecido também aos profissionais que atendem

esses indivíduos uma formação continuada, juntamente com materiais didáticos, pedagógicos e de apoio para dar assistência aos seus estudantes. Essa assistência visa melhorar a qualidade de ensino, onde possa ser promovida ações educativas que garantam a alfabetização de toda população.

Enquanto o Decreto nº 10.959 dispõe do Programa Brasil Alfabetizado, o Decreto nº 12.048, de 05 de junho de 2024 vem para alterá-lo, instituindo o Pacto Nacional pela Superação e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2024). Ele vem para apoiar os estados e municípios na superação do analfabetismo e qualificar o ensino voltado para as pessoas que não tiveram escolarização na idade apropriada.

Além disso, ele vem reafirmar os avanços propostos pelos decretos anteriores, onde estabelece o público da EJA as pessoas de 15 anos ou mais que não tenham iniciado ou concluíram o Ensino Fundamental e Médio e aqueles jovens e adultos que não sabem ler e escrever. O mesmo contará com a colaboração do governo, bem como o estado, distrito federal e municípios, para assim terem resultados produtivos. Por meio disso, a EJA será articulada a Educação Profissional e Técnica “[...] com a finalidade de promover o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2024, p.01). Dessa maneira, o sujeito ingressado nessa modalidade de educação, garante a sua formação completa, onde além de exercer o seu direito à cidadania, saem da escola aptos para o mercado de trabalho, visto que cada dia que passa crescem as demandas profissionais.

Embora os estudantes tenham necessidades específicas e diferenças dentro da sala de aula, o ensino será ofertado de forma justa, onde todos terão o mesmo direito educacional, nos quais os educadores possam usar metodologias e instrumentos pedagógicos de acordo com o perfil de cada aluno, respeitando suas diversidades. Vale também considerar que a prioridade do atendimento será voltada ao público com maior vulnerabilidade, no qual deverá ser garantido o acesso à educação de qualidade e a inclusão social.

É evidente que o público da EJA são aquelas pessoas excluídas da sociedade, onde tragam consigo a suas experiências e desafios, que precisam ser reconhecidas e adaptadas educacionalmente. Nesse sentido o pacto em seu Artigo 2º e inciso VII deixa claro que:

O reconhecimento da diversidade de público da EJA, observadas as características étnicas, raciais, etárias, de gênero, de renda, de local de moradia, das pessoas privadas de liberdade e em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas com deficiência e de outras condições e contextos específicos (Brasil, 2024).

Os públicos desta modalidade de educação são diversos, onde possuem características distintas e situações específicas, onde precisam ser reconhecidas por meio das suas diferenças,

e assim terem uma educação inclusiva, em que possam trabalhar as suas especificidades dentro do âmbito educacional, seja por meio do currículo ou conteúdos abordados na sala de aula. Além do mais, o documento Pacto Nacional pela Educação de Jovens e Adultos (pacto da EJA) especifica que é preciso melhorar a qualidade de oferta na EJA, onde possa ser garantido tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes na escola (Brasil, 2024). Essa qualificação se deriva a partir das políticas públicas que defendem uma educação acessível a todos e que atenda as demandas e necessidades dos jovens e adultos, da infraestrutura da instituição que for ofertada a EJA, dos recursos pedagógicos utilizados no ambiente escolar e da formação dos professores que essencial para lidarem com as especificidades dos alunos, nos quais possam e trabalhar a partir das suas vivências e histórias dos educandos.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos teve grandes avanços, nos quais permitiram que milhares de pessoas analfabetas e excluídas pelos sistemas sociais pudessem refazer a sua história por meio da educação. A grande parte desse progresso só foi possível por causa das suas políticas públicas, diretrizes, programas e decretos que garantiram uma educação acessível a todos e mudanças significativas no âmbito educacional. Se olharmos para trás, veremos o quanto a EJA conquistou espaço na sociedade, e o quanto vem ajudando pessoas a realizarem seus sonhos e a continuarem a idealizar por um futuro melhor. No entanto, essa evolução no cenário educativo não se pode parar por aqui, pois mesmo as leis buscando garantir acesso e permanência dos alunos na escola, ainda há um grande número de evasão por parte dos mesmos.

Apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas, é necessário reconhecer que elas ainda apresentam limitações, como é abordado no artigo intitulado “Os marcadores sociais e a EJA: Diversidade, Desigualdades e Territórios Educativos” (Oliveira, et al. 2024), que vem analisar os significados atribuídos a Educação de Jovens e adultos no Brasil por meio do decreto nº 12.048/2024 que instituiu o novo Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA. De acordo com os autores, “[...] cerca de 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais continuam não alfabetizadas no ano de 2022, no qual representa 7% da população dessa faixa etária” (Oliveira, et al. 2024, p. 2). Essa taxa está relacionada em parte, com as falhas ou insuficiências das políticas públicas. Mesmo as políticas voltadas para EJA terem sido implementadas para superar o analfabetismo no país e oferecerem uma educação gratuita para todos aqueles que não puderam estudar na idade regular, ainda assim, não são totalmente eficazes para enfrentar as desigualdades sócias, culturais e educacionais ainda presentes, o que dificulta o acesso e a permanência dos indivíduos nessa modalidade de ensino.

Além disso, “[...]não podemos desconsiderar os desafios existentes para sua implementação: recursos insuficientes, uma vez que a implementação eficaz das diretrizes esbarra frequentemente na falta de recursos financeiros e materiais” (Oliveira; *et al*, 2024, p. 6). A escassez de recursos na Educação de Jovens e Adultos, dificulta nas infraestruturas da escola, na compra de materiais didáticos e na formação e qualificação do professor, tornado assim, a desigualdade mais visível em todas as regiões.

Sendo assim, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo tem como objetivo combater o analfabetismo, fortalecer as políticas públicas e qualificar a Educação de Jovens e Adultos, no qual todos aqueles que não tiveram a oportunidade em estudar na idade própria possam ter acesso a uma escola de qualidade. Além do mais, para que haja uma educação compromissada com os seus estudantes, é necessário mais recurso financeiro e estrutural para a EJA, garantindo assim políticas eficazes e mudanças significativas no âmbito educacional.

4 A EJA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Essa discussão inicia-se com as seguintes indagações: Por que existe a exclusão educacional? Se a educação é para todos, por que ainda existem jovens e adultos sem escolarização? Como inclui-los no sistema educacional, mesmo não possuindo uma idade convencional? Para entendê-las, veremos algumas questões que endossam essa temática. A princípio é importante entendermos que a exclusão educacional é resultado de vários fatores e problemas sociais, ou seja, ela é relacionada com a exclusão social, onde o sujeito inserido na sociedade tem os seus direitos negados e vivem de forma desigual das demais pessoas. A escola não é a principal culpada pela exclusão dos alunos, pois ela apenas reflete as desigualdades que ainda persistem na sociedade, uma vez que “[...] as relações entre esses dois conjuntos [escola e sociedade] foram profundamente transformadas ao longo do século, vinculando estreitamente a escola aos mecanismos de exclusão, sem fazer dela, entretanto a “culpada” como alguns pretendem” (Dubet, 2003, p.31).

Sendo assim, a escola é apenas um espaço em que ocorre a marginalização social, onde acontece a desproporção de igualdade e limitação de acesso das pessoas que tem vontade de estudar. As causas dessas limitações decorrem dos fatores socioeconômicos, sociais e culturais presentes no país, nos quais os indivíduos mais vulneráveis são pobres, negros, marginalizados, que vivem em diversos contextos, fazendo assim que ocorra a privação educacional e de qualidade. Quando se há essa exclusão na infância ou adolescência, há um grande impacto negativo na vida adulta, onde se tornam pessoas mais vulneráveis para lidarem com situações associadas ao cotidiano, como não saber ler ou escrever, possuindo assim dificuldades em assegurar os seus direitos.

Mesmo a educação sendo assegurada pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu Art. 208, em que a estabelece como obrigatoriedade desde a infância, ainda a jovens e adultos sem escolarização, os quais nunca frequentaram a escola ou tiveram pouca escolaridade. Essa falta de educação formal, estar associada a fatores sociais e históricos, como trabalho, pouca renda, falta de apoio familiar, falta de motivação, distância da localidade em que mora para a instituição de ensino, poucos recursos, entre outros que acabam fazendo com que o indivíduo não acesse a escola e se torne no futuro um sujeito sem Educação Básica. Além disso, quando o ensino não é de qualidade, se torna também um fator que impede a escolarização, uma vez que:

A má qualidade do ensino combina-se à situação de pobreza extrema em que vive uma parcela importante da população para produzir um contingente numeroso de crianças e adolescentes que passam pela escola sem lograr aprendizagens

significativas e que, submetidas a experiências penosas de fracasso e repetência escolar, acabam por abandonar os estudos. Temos agora um novo tipo de exclusão educacional: antes as crianças não podiam frequentar a escola por ausência de vagas, hoje ingressam na escola mas não aprendem e dela são excluídas antes de concluir os estudos com êxito (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 126).

Nesse sentido, muitos jovens e adultos que não possuíram educação, são os que foram excluídos na escola regular e tem dificuldades em voltar a frequentar as aulas, seja pelos mesmos motivos de anos atrás, por vergonha da idade que possuem ou medo de não conseguirem conciliar estudo, trabalho e afazeres do dia a dia. Vale também ressaltar que por muito tempo a educação era tradicional, onde era volta apenas para as crianças e adolescentes, nos quais concluíam as etapas escolares pelas suas faixas etárias, passando primeiramente pelo Ensino Fundamental que começava a partir dos 6 anos e logo após o Ensino Médio, para jovens de até 17 anos. Os que não possuíam essa idade ou não conseguiam acompanhar a oferta de ensino, eram excluídos da escola, tornando-se pessoas analfabetas ou analfabetos funcionais, visto que o sistema educacional visava apenas a educação de crianças e adolescentes, fazendo com que os adultos fossem forçados a desistirem da escola.

É importante mencionar que a EJA é uma modalidade de ensino da Educação Básica de suma importância na vida das pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria ou concluir seus estudos por diversos fatores que os impediram de ter escolarização. Além disso, essa modalidade se constitui como importante ferramenta de integração social e educacional, no qual foi criada para resgatar esses indivíduos da opressão e da exclusão imposta pela sociedade, onde os privaram de seus direitos por não possuírem conhecimentos adquiridos na escola. Por meio dela, as pessoas conseguem retomar seus estudos, se alfabetizarem, ganham novas chances de recomeço e desenvolvem competências e habilidades para viver de forma mais plena na sociedade.

Para resgatar os direitos desses sujeitos e preencher a lacuna educacional existente, o parecer CNE/CEB 11/2000, instituiu três funções da EJA, sendo elas a reparadora, equalizadora e qualificadora, com objetivo em acabar com a exclusão social, principalmente no âmbito educacional, lugar esse que desempenha um papel crucial na formação acadêmica e individual do ser humano.

A função reparadora vem para reparar uma dívida deixada pelo Estado, o qual impediu anos atrás essas pessoas de acessarem a escola, por motivo de trabalho, pobreza, machismo e entre outros. A sua finalidade é ofertar uma educação de qualidade acessível a todo público jovem e adulto que tiveram pouca ou nenhuma escolarização e contribuir para a eliminação de discriminações, tanto educacional, como sociais. Ela garante que todas as pessoas tenham

acesso à Educação Básica, independentemente da idade que forem cursá-las, onde possam recuperar a autoestima e adquirir novos aprendizados e conhecimentos, pois:

A universalização dos ensinos fundamental e médio libera porque o acesso aos conhecimentos científicos virtualiza uma conquista da racionalidade sobre poderes assentados no medo e na ignorância e possibilita o exercício do pensamento sob o influxo de uma ação sistemática. Ela é também uma via de reconhecimento de si, da autoestima e do outro como igual. De outro lado, a universalização do ensino fundamental, até por sua história, abre caminho para que mais cidadãos possam se apropriar de conhecimentos avançados tão necessários para a consolidação de pessoas mais solidárias e de países mais autônomos e democráticos (Brasil, 2000, p. 8).

As pessoas privadas de conhecimentos escolares formais, vivem de forma restrita, os quais encontram dificuldades que impactam negativamente em várias áreas de suas vidas, limitando o acesso além da leitura e escrita, a novas oportunidades de trabalho e a locais públicos que possam exercer a sua cidadania. Além do mais, essas pessoas ficam mais vulneráveis a situações de pobreza, saúde, lazer e de buscar por uma melhoria de vida. Sendo assim, a reparação dessa dívida, possibilitara ao sujeito um novo recomeço e novas oportunidades, uma vez que “O acesso a este serviço público é uma via de chegada a patamares que possibilitam maior igualdade no espaço social” (Brasil, 2000, p. 9).

Já a função equalizadora vem dar cobertura a essas pessoas que por algum motivo tiveram que interromper os seus estudos, garantindo assim que todos tenham o mesmo direito e acesso à educação, a novas oportunidades e novos conhecimentos, visando apenas o sujeito como um ser histórico e inacabado que precisa de dignidade e respeito e não a sua situação social e econômica. “Por esta função, o indivíduo que teve sustada sua formação, qualquer tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade” (Brasil, 2000, p. 10). Dessa maneira, ela procura excluir a desigualdade, oportunizando aos indivíduos que interromperam seus estudos uma inserção na EJA e por meio dela no mercado de trabalho e na sociedade, uma vez que, esses sujeitos, buscam melhores oportunidades iguais aqueles que frequentaram a escola na idade própria, refletindo também dentro dela, onde todos tenham as mesmas condições de ensino.

Outra função importante é a qualificadora, também conhecida como permanente. Essa função veio qualificar o ensino para assim proporcionar o estudante jovem, adulto e idoso uma vida de qualidade e um aprendizado contínuo, visto que o ser humano vive em constante evolução e desenvolvimento. Ela oferece além da Educação Básica, qualificar o aluno para conquistar melhores oportunidades profissionais e técnicas e ter melhores perspectivas, uma

vez que crescem as demandas para qualificação no mercado de trabalho. Além disso, de acordo com o parecer CNE/CEB nº 11/2000

Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (Brasil, 2000, p. 11).

Ela reconhece o ser humano como ser incompleto que está sempre em aprendizado, seja possuindo educação formal ou informal, uma vez que o conhecimento pode-se adquirir dentro e fora da escola, por meio de experiências e vivências em ambientes sociais. Esta respeita o aprendizado de todos os indivíduos, buscando qualificar as suas habilidades e construir conhecimentos por toda a sua vida, incentivando princípios como solidariedade, igualdade e respeito a toda diversidade, onde além da inserção no mercado de trabalho, os estudantes da EJA, possam também ter contato com a cultura e a ética, tornando assim uma sociedade educada. Por meio da mesma, as pessoas podem se autodescobrir e redescobrir, se conhecendo em novas profissões, especialidades e vocações.

Portanto, as funções reparadora, equalizadora e qualificadora tem um papel importante na Educação de Jovens e Adultos, pois é através dela que os estudantes podem desenvolver um pensamento crítico sobre a realidade e ter uma visão de mundo mais empática e reflexiva. Elas fundamentam as diretrizes e base curricular, conforme estabelecido no parecer CNE/CEB nº11/2000 onde entendemos a fundação legal da EJA, a sua história, suas diretrizes e objetivos (Brasil, 2000)

A igualdade é a chave para uma educação mais justa e inclusiva, onde em uma sociedade democrata todos consigam possuir as mesmas oportunidades de ensino, onde seja promovido o pleno desenvolvimento individual e social, permitindo assim que as pessoas alcancem seus objetivos, criem novas habilidades, vivam de forma respeitosa e cooperem com o desenvolvimento da sociedade. Quando não se tem igualdade, principalmente no âmbito educacional, há mais chance de exclusão e evasão, pois os alunos se sentem inferiores aos outros, possuem poucos recursos e desempenhos acadêmicos, refletindo assim em outros aspectos de sua vida, fazendo com que o indivíduo se torne um ser vulnerável.

É importante ressaltar que diversos estudos abordam a importância da EJA na sociedade, uma vez que ela não garante apenas a inclusão educacional dos alunos, mas também a inclusão socioeconômica, social e cultural dos mesmos, na qual os foi negado a muito tempo. Sendo assim, para uma melhor compreensão dessa modalidade como instrumento de inclusão, foi

realizada uma revisão de literatura com base nos artigos encontrados no SciELO, os quais discutem a significância da EJA para o retorno escolar e a sua contribuição na inclusão profissional e social dos que a procuram. Nesse sentido, foi elaborada uma tabela que apresenta uma síntese dos artigos encontrados, nos quais destacam a importância da EJA como instrumento de inclusão.

Quadro 2 – Artigos relacionados a EJA como instrumentos de inclusão para aqueles que não tiveram escolarização na idade própria

ANO	AUTOR (A)	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE
2015	Gustavo Cunha de Araújo; Ana Arlinda de Oliveira	O ensino da arte na educação de jovens e adultos: uma análise a partir da experiência em Cuiabá (MT)	Ensino de arte; educação de jovens e adultos; práticas pedagógicas; concepções sobre arte
2019	Ana Claudia Ferreira Godinho; Maria Clara Bueno Fischer	Escola, trabalho e gênero: uma experiência da educação de jovens e adultos na rede pública de ensino de porto alegre	Educação de jovens e adultos; trabalho e gênero; educação popular; saberes
2019	Francisca Rodrigues Pini	Educação popular em direitos humanos no processo de alfabetização de jovens e adultos e idosos: uma experiência do projeto Mova-Brasil	Alfabetização; educação popular; direitos humanos
2020	Paula Cabral; Elenice Maria Cammarosano Onofre; Maria Herminia Lage Fernandes Laffin	EJA e trabalho docente em espaços de privação de liberdade	EJA; espaço de restrição e privação de liberdade; políticas públicas; trabalho de professores
2022	Maria de Fatima Feitosa Amorim Gomes; Marinaide Lima de Queiroz Freitas; Paulo Marinho	Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades	Proeja; cursos profissionais; perfis dos estudantes
2022	Kleyne Cristina Dornelas Souza; Maria Clarisse Vieira	Pobreza e resiliência nas narrativas dos educadores da EJA em situação de rua	Educação de jovens e adultos; pessoas em situação de rua e resiliência

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2024)

As produções acadêmicas apresentadas acima, abordam a importância da Educação de Jovens e Adultos na vida daqueles que não tiveram escolarização e como a mesma é ferramenta de inserção social, no qual, abordam as suas políticas públicas, como a educação contribui na vida pessoal e social de cada sujeito e as metodologias utilizadas pelos professores e escola para garantirem um ensino de qualidade e a inclusão dos estudantes. Como afirmam Araújo e Oliveira:

A educação de jovens e adultos no Brasil vem constituindo, nos últimos anos, como uma importante modalidade de ensino que busca fazer frente às desigualdades e à exclusão escolar. Nesse sentido, a escola tem sido um importante meio para a inclusão daqueles jovens e adultos, que por diversos e diferentes motivos, não puderam iniciar ou dar continuidade a seus estudos na educação básica (2015, p. 681).

A escola que por muito tempo foi um espaço de exclusão, onde ocorria muitas desigualdades sociais, nas quais as populações mais pobres não podiam acessá-la ou permanecerem nela, se tornou um lugar de inclusão por meio das transformações ocorridas nos sistemas educacionais a partir das intervenções governamentais, pois:

No âmbito nacional, a EJA se manteve na agenda de políticas educacionais no início do terceiro milênio por diferentes razões. De um lado, a oferta pública de oportunidades de alfabetização, elevação de escolaridade e formação para o trabalho tornou-se uma imposição legal pela Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, ao reconhecerem o direito público subjetivo dos jovens, adultos e idosos ao estudo. A garantia desse direito é responsabilidade compartilhada pelos Estados e Municípios, sob a coordenação e com a colaboração supletiva da União, que ao longo da história republicana exerceu papel indutor nesse campo educativo (Di Pierro; Haddad, 2015, p. 206).

Esse novo cenário educativo permitiu e ainda permite que milhares de pessoas analfabetas, pudessem concluir seus estudos e possuírem uma vida melhor, uma vez que isso se tornou possível graças a implementação de políticas públicas que ofertassem oportunidades educacionais para assim oferecer condições de acesso à escola para que os jovens e adultos complementem a Educação Básica e saiam dela alfabetizados e qualificados para o mercado de trabalho. Além disso, essa educação tem um papel fundamental para a inclusão social, cultural e pessoal do aluno, proporcionando crescimento em várias áreas de sua vida.

Para que essa inclusão ocorra de fato, Araújo e Oliveira (2015) abordam em seu artigo que é preciso a utilização de estratégias pedagógicas eficientes durante as aulas, como é o caso do ensino da arte no centro de Educação de Jovens e Adultos, instrumento esse, importante para a inclusão social e cultural dos seus indivíduos, no qual contribui para a participação e permanência dos alunos na escola. A arte é a forma genuína de se expressar e está presente em cada canto do mundo e no dia a dia de todas as pessoas, não se limitando apenas nas galerias e museus, mas também na natureza, na cultura, nas tradições, na tecnologia, nas arquiteturas e na educação. Quando se é ensinado arte no âmbito educacional, incluindo na EJA, os alunos conseguem ler não apenas textos, como também interpretar imagens, obras e tudo que está inserido na sociedade, onde consigam produzir interpretações significativas de tudo que está ao seu redor. Sendo assim, “O espaço escolar pode oferecer possibilidades de apreciação e de produção artística ao jovem e adulto da educação, desde que o mesmo tenha contato e acesso a diferentes linguagens artísticas” (Araújo; Oliveira, 2015, p. 682).

Muitos estudantes da EJA, não tiveram contato com a arte na infância, pois não tiveram escolarização ou por possuírem uma vida “adulta” desde muito cedo, criando dificuldades tanto nas habilidades artísticas e nas suas criatividade, quanto em outros aspectos de sua vida. Sendo

assim, se fez necessário a educação de arte nas escolas para os mesmos terem contato com pinturas, desenhos, imagens, música, dança, teatro, literatura e terem oportunidades de criar e expressar seus sentimentos por meio das manifestações artísticas, uma vez que ela reflete a realidade humana, pois “[...] o homem sempre utilizou imagens para representar a realidade que o cerca, surgindo aí a relação entre a arte e a realidade” (Araújo; Oliveira, 2015, p. 682). Dessa forma, por meio dos resultados da pesquisa “O ensino de arte na educação de jovens e adultos: uma análise a partir da experiência em Cuiabá (MT)”, fica evidente que pelas entrevistas realizadas pelo mesmo, o ensino da arte é uma ferramenta eficiente para a inclusão desses alunos e uma forma de manter o engajamento desse público na escola.

A arte nas escolas da EJA, é uma ferramenta poderosa para promover a inclusão e as expressões dos alunos, pois através dela pode-se resgatar os direitos de homens e mulheres trabalhadores que precisam conciliar a escola com o trabalho informal. No artigo “Escola, trabalho e gênero: uma experiência da educação de jovens e adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre” (Godinho; Fischer, 2019), destaca-se por exemplo, a importância do artesanato feito por mulheres trabalhadoras e em situação de rua, as quais passam desafios para estudar e trabalhar ao mesmo tempo, seja em trabalhos remunerados ou trabalhos referentes ao lar, como cuidar de casa e da família.

Sabemos o quão difícil foi para as mulheres conseguirem seus direitos, principalmente as mais pobres que tinham uma educação limitada apenas para habilidades consideradas femininas, as quais não podiam ter acesso a escola como a maioria dos homens. Graças a lutas, as mulheres conseguiram espaços nos âmbitos educacionais, onde por meio do estudo conseguiram uma vida melhor, no entanto ainda há aquelas que passam por obstáculos para continuarem estudando e trabalhando ao mesmo tempo. As que não conseguiram estudar na idade regular, embarcam na EJA com o pensamento de que por meio dos estudos possam conseguir uma condição de vida mais digna, e por meio dela terem melhores oportunidades de trabalho, visto que “[...] a educação popular marca a alfabetização e a educação de jovens e adultos por criar metodologias atentas às suas especificidades” (Godinho; Fischer, 2019, p. 340).

O artesanato oferecido pela escola é uma metodologia fundamental, onde tem o intuito de ajudar na alfabetização das alunas e preparar para o mercado de trabalho, pois “[...] ele contribui para o convívio, o diálogo, a interação, o resgate da produção coletiva baseada na autogestão e na ajuda mútua (valores da economia solidária presentes no núcleo de trabalho educativo)” (Godinho; Fischer, 2019, p. 347). A escola é um espaço que deve ser também compartilhada experiências, pois de acordo com Freire (1996), o professor e a escola têm o dever

de respeitar os saberes que os educandos possuem e podem aproveitá-las em sala de aula, no qual possam ser compartilhadas experiências, discutir problemas e soluções entre si, e dessa forma por meio do artesanato na EJA, os alunos compartilham suas vivências e em grupo incentivam e ajudam uns aos outros. Além disso, elas aprenderem sobre as técnicas do mesmo, aprendem mais sobre a cultura, a arte e a terem mais oportunidades de emprego, nos quais possam ser pessoas autônomas e emancipadas, uma vez que

[...] os processos educativos do trabalho têm especificidades que podem ajudar a escola a se (re) criar como espaço de aprendizagem, criação, criatividade, protagonismo, solidariedade de classe, sororidade e emancipação humana (Godinho; Fischer, 2019, p. 348).

O resultado da pesquisa feita por Ana Claudia Ferreira Godinho e Maria Clara Bueno Fischer (2019) relevou que a EJA tem um papel fundamental na vida dos alunos, principalmente das mulheres, público esse que mais permanece nessa modalidade, as quais por meio da escola e dos métodos e programas educativos conseguem transformação social e econômica. Além disso, por meio do artesanato, método prático de ensino, elas possuem conhecimentos sobre e ficam preparadas para o mercado de trabalho. Vale também ressaltar que o artigo aborda a importância de programas e projetos governamentais que elevam a escolarização e inclui pessoas jovens e adultas no âmbito educacional como o Proeja, o Brasil Alfabetizado e o Projovem.

Tanto as autoras Araújo e Oliveira (2015) quanto Godinho e Fischer (2019), abordam em seus artigos a importância de estratégias pedagógicas que estimulam o acesso e permanência desses sujeitos nas escolas, como é o caso da arte, ferramenta eficaz para promover a inclusão de pessoas jovens e adultos nos âmbitos educacionais. As autoras revelam que arte é um instrumento que pode auxiliar os alunos e promover os seus engajamentos nas salas de aula, além de contribuir na formação profissional e individual dos mesmos, onde possam além de desenvolverem habilidades sociais, conseguir um emprego e resgatar a autoestima.

Assim como o artesanato nas escolas da EJA, bem como os programas educacionais motivam a inclusão dos alunos, o projeto MOVA-Brasil também utiliza a educação como ferramenta de inserção e inclusão social dos estudantes jovens e adultos, como é analisado no texto “Educação popular em direitos humanos no processo de alfabetização de jovens e adultos e idosos: uma experiência do projeto MOVA-Brasil” (Pini, 2019).

É importante mencionar, que esse projeto foi uma iniciativa, no qual teve como inspiração o educador Paulo Freire e a sua pedagogia, que defendia as classes populares e a

Educação de Jovens e Adultos, onde os seus sujeitos são narradores de sua própria história e se tornem por meio da educação pessoas livres da opressão imposta pela sociedade.

De acordo com a autora Pini (2019) o projeto tem como finalidade reduzir o analfabetismo no país e fazer com que pessoas jovens, adultos e idosos exerçam seus direitos e tenham uma formação profissional por meio da educação. Além do mais, ele resgata os direitos e transforma a realidade de diversas comunidades sendo elas quilombolas, indígenas, grupos de pequenos agricultores, dentre outros. Essas comunidades historicamente foram e são privadas de alguns direitos, incluindo a educação, o que fez necessário a criação da EJA, de programas e projetos voltado a inclusão desse público, “Por isso, afirmamos a educação popular em direitos humanos como concepção de educação imersa na realidade e com as populações que sofrem as maiores violações de seus direitos” (Pini, 2019, p. 19).

O MOVA-Brasil contribui significativamente para os objetivos da EJA, principalmente referente a alfabetização daqueles que não tiveram escolaridade e contribui também para “[...] o desenvolvimento comunitário na perspectiva da economia solidaria, do fortalecimento da agricultura familiar, do artesanato, do desenvolvimento sustentável, da articulação de redes sociais e interfaces com temas da juventude, das culturas populares e tradicionais” (Pini, 2019, p. 19). Além disso, ele “[...] proporciona o aumento da autoestima dos seus sujeitos, possibilitando a inclusão de mulheres e homens no mundo do trabalho, da cultura e em outros âmbitos sociais, melhorando a qualidade de vida, estimulando a solidariedade e colaboração entre os gêneros” (Cisne, 2018, *apud* Pina, 2019; p. 20).

Assim como o projeto mova-Brasil contribui na Educação de Jovens e Adultos para transformar a realidade das pessoas sem escolaridades e inclui-las no sistema educacional, há também projetos que envolvam a EJA em espaços de privação de liberdade, ou seja no contexto prisional, para incluir as pessoas privadas de liberdade como demonstra o artigo “EJA e trabalho em espaços de privação de liberdade” das autoras Cabral *et al* (2020). As autoras analisam as políticas educacionais da Educação de Jovens e Adultos nos sistemas prisionais brasileiros e abordam que a EJA enquanto modalidade da Educação Básica deve ser ofertada em diversos espaços, incluindo nas unidades penais.

A pesquisa de Onofre, (2011, *apud* Cabral et al, 2020), aponta que as pessoas restritas de liberdade são excluídas, não somente fisicamente, mas também referente a educação, trabalho e cidadania, fazendo-se necessário a oferta da educação nesses espaços, uma vez que muito deles não tem escolaridade e a educação é um direito de todos, envolvendo aqueles que estão presos. A Educação de Jovens e Adultos, quando ofertada nas penitenciárias tem impacto

positivo na vida desses sujeitos, pois promove conscientização dos mesmos, possibilitando que eles se reintegrem na sociedade com grandes chances de conseguir um emprego, pois:

Embora o direito de ir e vir dos indivíduos em situação de privação de liberdade esteja temporariamente suspenso, estes têm garantido por lei seus demais direitos, como a educação que possui o intento de [...] promover a integração social e a aquisição de conhecimentos, o que pode assegurar-lhes um futuro melhor quando recuperarem a liberdade (Cabral et al 2020, *apud* Onofre 2011, p. 4).

Conforme a pesquisa, a EJA nesses locais oportuniza uma vida melhor a esses cidadãos e promove a inclusão social e recuperação desses direitos, pois quando esses indivíduos são detentos, acabam tendo os direitos negados. “Com esse entendimento a educação passa a ser o elemento central, se não o principal responsável, pelo processo de ressocialização objetivado em tese, por todo o sistema penal” (Cabral, *et al*, 2020, p. 6). Além disso ela passa a ser uma chave para a redução de criminalidade.

As autoras ainda complementam que são necessárias políticas públicas da EJA nos estabelecimentos penais para que haja de fato a inclusão dos indivíduos e atendam as demandas dos mesmos. É necessário também que haja professores preparados para atendê-los, onde possam ter uma formação adequada e possam também compreender a realidade dos alunos. Dessa forma ambos os textos, “Educação popular em direitos humanos no processo de alfabetização de jovens e adultos e idosos: uma experiência do projeto mova-Brasil” e a “EJA e trabalho docente em espaços de privação de liberdade”, abordam como a educação é fundamental para a inclusão das pessoas analfabetas e privadas de liberdade, no qual atua como instrumento de resgate da dignidade humana, libertando-as da exclusão e oferecendo oportunidades.

Concluindo essas análises acima, volto me agora para o texto “Estudantes do Proeja: dos percursos negados a outras possibilidades”, que aprofunda questões como perfis socioeconômicos e educacionais dos estudantes dos cursos técnicos de hospedagem e cozinha (Gomes et al, 2022). O texto aborda uma pesquisa, a qual foi realizada no Instituto Federal de Alagoas, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que visa a inclusão das pessoas que não tiveram escolaridade e atende em sua maioria estudantes do interior de Alagoas, no qual fazem o curso para terem uma melhoria de vida e elevarem seus níveis de escolaridade. Os cursos técnicos têm o objetivo de formar profissionais cidadãos que exerçam atividades com competência e liderança, no qual é ofertado por meio de uma educação profissional com direito a certificação. Vale ressaltar que eles têm um papel importante na inclusão social e educacional

dos estudantes, oferecendo mais chance de emprego e de adquirirem novos conhecimentos e habilidades para que possam ser utilizados em várias áreas de suas vidas.

Os estudantes do Proeja, são pessoas com 18 anos ou mais que desistiram da escola por algum motivo e “[...]retornam às salas de aula, objetivando a formação escolar que lhe possibilite um posicionamento mais qualificado, em termos de empregabilidade e salário” (Gomes *et al*; 2022, p.12). De acordo com os estudantes entrevistados, o motivo de desistência na idade própria foi variado e os motivos de regresso à escola foi relacionado a vontade de ser alguém na vida, em adquirirem conhecimentos, conseguirem o primeiro emprego ou conquistar um emprego melhor. Além disso, teve mudanças significativas em suas vidas ao entrarem no Proeja como aumento dos conhecimentos, novas informações, autoestima mais elevada e preparação para o mercado de trabalho.

A pesquisa evidencia que “[...]os cursos profissionais estão a oferecer oportunidades de valorização pessoal aos jovens e adultos, à medida em que estes começam a ver em si outras possibilidades, outras perspectivas de vida, tanto profissional como pessoal” (Gomes *et al*, 2022, 14).

Após analisar o Proeja como ferramenta de inclusão, é pertinente direcionar o foco para a importância da Educação de Jovens e Adultos na vida dos indivíduos em situação de rua no Distrito Federal (DF), nos quais mesmo em condições de abandono e vulnerabilidade, retornam à escola na esperança de conquistarem um futuro melhor. O artigo “Pobreza e resiliência nas narrativas dos educandos da EJA em situação de rua” das autoras Souza e Vieira (2022) trata dessa realidade e traz as narrativas de 20 sujeitos que vivem em condição de vulnerabilidade social, onde são descriminalizados e veem a escola como lugar de recomeço e acolhimento, conforme é relatado na fala de um dos alunos que descreve que “A gente é tão maltratado, ofendido e humilhado que não acredita em mais ninguém [...] agora, aqui na escola eu tô mudando. Aqui eu sou bem recebido. [...] aqui eu tenho uma palavra amiga. Aí vou ficando bem e vou me tornando melhor” (Souza; Vieira, 2022, p.12).

A fala do estudante demonstra como a escola da EJA pode ser um lugar de refúgio, transformação e inclusão, pois ao relatar que já passou por maus tratos e humilhações na vida, ele destaca como se sente dentro do âmbito educacional e como o ambiente é acolhedor e inclusivo, fazendo com que ele não se sinta excluído como em outros locais. O texto também aborda como é fundamental os docentes e discentes entenderem o significado de exclusão social, para assim terem um diálogo conscientizador nas salas de aulas e “[...] desenvolver no espaço da escola uma discussão crítica da condição da pobreza, a fim de exigir do estado maior

atenção para a dignidade humana, atuando no desvelamento dos direitos ainda negados” (Souza; Vieira, 2022, p. 6).

Os textos analisados no repositório do Scielo demonstram o quão é importante a EJA na vida das pessoas que não tiveram educação na idade própria e como ela é um instrumento de inclusão na vida daqueles indivíduos marginalizados, esquecidos e vulneráveis economicamente e socialmente. Ao longo das pesquisas, ficou evidente que as pessoas que procuram a EJA são de regiões periféricas, comunidades em situação de vulnerabilidade social, de situação de rua ou que estão em privação de liberdade, ressaltando a importância da EJA como forma de inclusão para os grupos marginalizados. Os estudos abordam a inclusão social, a diversidade e narrativas dos sujeitos, as práticas pedagógicas e a ampliação de políticas públicas que atendam esses indivíduos.

Vale ressaltar que todos os textos citam a Educação de Jovens e Adultos como modalidade transformadora na vida dos educandos, onde por meio do estudo possam ter oportunidades de conseguirem uma vida melhor. Araújo e Oliveira (2015) e Godinho e Fischer (2019) trazem em seus textos a importância da arte como estratégia pedagógica e instrumento de inclusão, no qual os docentes devem utilizá-las nas salas de aula, pois contribui para a permanência dos alunos na escola. Por meio da arte, os discentes podem também ter oportunidades de emprego, como é o caso do artesanato feito por mulheres em situação de rua ou que não conseguem conciliar trabalho com estudo.

Pini (2019) e Gomes *et al* (2022) abordam que além da formação acadêmica a EJA proporciona também uma formação profissional. Eles defendem a camada popular e destacam que quando o sujeito começa a estudar, a sua autoestima aumenta, criando assim uma confiança em si mesmo.

As autoras Cabral *et al* (2020) e Souza e Vieira (2022) abordam a vulnerabilidade social dos estudantes, destacando os desafios enfrentados pelos mesmos como a privatização de liberdade e a situação de rua, onde por meio da situação em que vivem são excluídas e abandonadas pela sociedade. A EJA nessa realidade é vista como instrumento de inclusão social e oportunidade de reintegração social, pois por meio dela os estudantes superam suas dificuldades e resgatam sua dignidade.

Nesse sentido, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos desempenha um papel crucial na vida desses sujeitos, proporcionando não apenas uma formação acadêmica, mas também uma formação pessoal, o que pode possibilitar o acesso ao emprego, aumentar a autoestima e melhoria de vida.

5 EVASÃO E PERMANÊNCIA: FACES OCULTAS DA EJA

Muito se discute sobre evasão e pouco sobre permanência na EJA, sendo esta, mais presente nessa modalidade de ensino. A Educação de Jovens e Adultos é marcada pela desigualdade e pelos desafios que os seus estudantes enfrentam para permanecerem estudando, pois de acordo com Oliveira (2018, p. 22) “Os estudos referenciados na permanência e evasão escolar vêm evidenciar as questões presentes na trajetória dos estudantes, desmarcando as situações desiguais nas condições de escolarização, tanto no acesso, quanto na permanência”. Nesse sentido é verídico que os desafios que cada estudante da EJA enfrenta são os mesmos de tempos atrás, os quais são diversos e podem contribuir na decisão tanto para o acesso, quanto para a permanência e evasão dos mesmos.

A evasão é vista como um problema escolar a ser enfrentado e resolvido, pois além de ocasionar a desistência do aluno, gera também impactos negativos na vida pessoal e profissional do indivíduo, uma vez que a falta de educação pode resultar nas desigualdades sociais. Ela é tão presente nas escolas da EJA e muito recorrente, os quais são temas centrais, tanto nas instituições de ensino como nas pesquisas relacionadas a educação.

É importante também ressaltar, que o abandono escolar não se dar pela falta de esforço ou interesse do aluno, pois muito deles não ingressam na EJA com a intenção em desistir dos estudos, mas sim por motivos diversos como a vulnerabilidade econômica, questões familiares, condições de trabalho precoce ou informais, não identificação com os colegas e entre outros que acabam contribuindo para o afastamento desses sujeitos da vida estudantil, visto que “[...]as causas de abandono escolar ou falta de frequência são as mais diversas” (Moreira, 2014, p.15).

Essas situações vêm por meio da realidade vivida, onde se reflete no âmbito educacional, visto que os obstáculos do cotidiano acabam dificultando a sua permanência na escola. São pessoas jovens e adultas, homens e mulheres responsáveis por si e na maioria das vezes pelos outros, que trabalham cuidam de casa, tem filhos ou parentes para se responsabilizarem, que não tem ou não tiveram apoio familiar e que lidam com situações distintas. Vale ainda complementar que muitas dessas pessoas não tiveram incentivo dos seus pais, pois os mesmos não tiveram escolarização. Já outros tiveram incentivo, mas por circunstâncias e necessidades da vida preferiram trabalhar e se ausentar da escola.

Por outro lado, a permanência na EJA é o ato de permanecer e frequentar as aulas regularmente, apesar dos desafios que os alunos enfrentam. Quando se aborda a permanência na Educação de Jovens e Adultos, é importante considerar as políticas públicas que asseguram a implementação de leis que possibilitam que os sujeitos que não tiveram escolarização na idade

regular permaneçam estudando. A Constituição Federal de 1988 por exemplo, assegura a permanência desse público em seu Art.208, no qual cita o dever do estado em garantir o direito a educação, tanto no acesso, quanto na permanência. (Brasil, 1988)

O parecer CNE/CEB nº 11/2000, também ressalta a importância da continuidade dos estudos e enfatiza três funções essenciais da EJA as quais garantem a continuidade dos estudantes na EJA, sendo elas a reparadora, equalizadora e qualificadora. Além disso, cita questões de acesso e qualidade, fazendo com os sujeitos dessa modalidade sintam-se incluídos e não saia da escola. Esse parecer, juntamente com as leis, tem um papel fundamental na garantia do acesso e permanência dos alunos nessa modalidade de educação que passa por muitos desafios.

Apesar das dificuldades que esse público enfrenta e pelas desistências ao longo do percurso, há aqueles que mesmo diante dos obstáculos, continuam estudando e não desistem da escola. Isso ocorre por diversos fatores que os motivam a permanecer, sendo eles pessoais ou profissionais, como melhoria e qualificação de trabalho, sonho a ser realizado através dos estudos, desejo de superação, novas aprendizagens, novas oportunidades, desejo em aprender a ler e escrever e entre outros, pois de acordo com Oliveira:

Os jovens e/ou adultos quando retornam à escola acreditam que, por meio dela, podem alcançar melhorias em sua vida, tanto do ponto de vista econômico, como social e pessoal, porém quase sempre trazem uma autoestima maculada pela vivência de situações que os depreciaram, em experiências com a própria escola. Contudo, compreendem a importância da escola para realização de seus sonhos e nela depositam sua esperança (Oliveira, 2018, p.107).

Os jovens e adultos vêm a escola como lugar de melhoria, quais podem por meio dela terem mudanças significativas em suas vidas, e essas forma de enxerga-la contribui na decisão de permanência mesmo possuindo medos, traumas, desafios emocionais e tanto outros obstáculos. Essa permanência vem por meio da persistência, pois ela atua como um gás essencial para o aluno manter o foco nos estudos e não desistirem.

Dessa forma, conforme discutido anteriormente sobre evasão e permanência e visando entendê-las, foi necessário explorar artigos que discutem os mesmos, como é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Artigos relacionados a evasão e permanência na Educação de Jovens e Adultos

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE
2015	Daniele da Silva Maia Gouveia; Alcina Maria Testa Braz da Silva	A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais	Educação de jovens e adultos; expectativa; representações sociais
2018	Monica Ribeiro Silva; Ceuli Mariano Jorge	O reencontro dos sujeitos adultos com a escola:	Proeja; educação profissional técnica de nível médio.

ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE
		significados e tensões no âmbito do Proeja	Permanecia e abandono escolar
2019	Alef de Oliveira Lima	As origens emocionais de evasão: apontamentos etnográficos a partir da Educação de Jovens e Adultos	Evasão; EJA; antropologia das emoções; etnografia
2021	Alcides Alves de Souza filho; Atenuza Pires Cassol; Antônio Amorim	Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização	EJA; juvenilização; ensino de qualidade; escolarização
2021	Cecília de Souza Reibnitz; Ana Carolina Staub de Melo	Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para Educação de Jovens e Adultos	Educação de jovens e adultos; pesquisa como princípio educativo; práticas pedagógicas
2022	Maria de Fatima Feitosa Amorim Gomes; Marinaide Lima de Queiroz Freitas; Paulo Marinho	Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades	Proeja; cursos profissionais; perfis dos estudantes
2023	Ana Karina Brenner; Paulo Cesar Rodrigues Carrano	Entre o trabalho e a escola: cursos de vida de jovens pobres	Cursos de vida; EJA

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa (2024)

Cada indivíduo sabe de si, e lida com os problemas de diferentes formas, o que pode influenciar na permanência ou evasão escolar. A Educação de Jovens Adultos possui faces ocultas, nos quais são evidentes para os que estão imersos nela, e despercebidos para os que acompanham de fora. Essas facetas são os problemas individuais que cada estudante trás e guarda consigo, nos quais acabam dificultando o seu acesso e permanência, fazendo assim com que ocorra a desistência dessa modalidade.

Para as autoras Gouveia e Silva (2015), os alunos possuem expectativas variadas em torno da Educação de Jovens e Adultos, nos quais retomam a escola por diversos motivos. Os motivos de regresso ao ambiente escolar refletem também aos motivos de permanência, pois de acordo com a investigação das pesquisadoras abordada no texto “A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais”⁰ (Gouveia; Silva, 2015), os alunos entendem a importância da escola em suas vidas e “[...] com isso, eles passam a adquirir consciência da importância de concluir seus estudos para que tenham êxito em sua vida profissional e para que possam dar melhores condições de vida a sua família, buscando, então, recuperar o direito e confiança na educação” (Gouveia; Silva, 2015, p.749).

Além disso, muitos retornam e permanecem para uma melhor qualificação, recuperação da autoestima, promoção social e realização do sonho, que é terminar seus estudos. É importante também salientar que entre os fatores de evasão escolar, destaca-se as práticas pedagógicas e o currículo, pois quando ambos não atendem as necessidades dos alunos, influenciam assim para o abandono dos mesmos. Quando os conteúdos por exemplo, são fragmentados e não inclui o cotidiano do jovem e adultos “[...]acaba por desestimulá-los

levando a evasão escolar, dando continuidade no processo de exclusão” (Gouveia; Silva; 2015, p.752). O trabalho também é um fator que causa desistência, visto que a uma necessidade por parte dos estudantes em abandonar a escola para trabalhar (Gouveia; Silva, 2015).

Já os autores Silva e Jorge (2018), apresentaram em seu texto “O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do Proeja” uma pesquisa realizada em 18 escolas estaduais do Paraná, com a participação de 73 estudantes trabalhadores, no qual teve como o intuito identificar os motivos de evasão e permanência dos mesmos. Segundo os autores, por meio de dados da Secretaria do Paraná, houve com a implementação do Proeja uma taxa de abandono por partes dos estudantes, no qual chegou a 47% de desistência. No ano de 2010, o índice aumentou, chegando em 70% de abandono e reprovação, visto que “A evasão nas turmas do Proeja era bem acentuada (em torno de 50%) logo no primeiro semestre, continuando em menor escala até o final do curso” (Silva; Jorge, 2018, p. 60).

De acordo com os autores, todos os entrevistados são empregados e permanecem na escola, e o que já desistiram de estudar não possuíam um emprego. Dessa forma, notamos que a situação de empregabilidade contribui para a decisão tanto de permanência, quanto de evasão por parte dos estudantes.

Os alunos ao serem questionados sobre os motivos de continuarem estudando, as respostas foram as seguintes: por se sentirem integrados, buscam a formação porque acredita ser o melhor para si, matérias são interessantes, bom relacionamento com o professor, convívio e mesmos interesses com os colegas, morar próximo a escola e entre outros. Por sua vez os motivos de abandono estão ligados aos que os alunos não gostam da escola, como: disciplina, professor, estrutura escolar, instituição ser longe da residência, desorganização do curso etc.

No texto seguinte, o autor Lima (2019) aponta que a desistência escolar tem sido relacionada apenas com escola, aluno e evasão, no entanto em seu estudo “As origens emocionais da evasão: apontamentos etnográficos a partir da Educação de Jovens e Adultos”, ele destaca que vai muito além disso, pois também está ligada com os sentimentos dos estudantes, seus corpos e a suas histórias emocionais.

De acordo com ele, os estudantes sentem a evasão, pois não é uma decisão de última hora, mas é algo que já está se formando em sua mente e em seu corpo, pois “[...] a evasão é coordenada em falas sucessivas, marcando não apenas uma decisão intencional, mas também um produto dinâmico de sentimentos que às vezes foram represados na esteira de uma escolarização [ocorrida posteriormente]” (Lima, 2019, p. 260). A vontade de desistir da escola muitas vezes vem da decorrência do cansaço e do desânimo como é destacado na fala de discentes que compartilham um pouco das suas trajetórias acadêmicas com o pesquisador, no

qual relatam que já desistiu da escola outras vezes ou já sentiu vontade de desistir por conta do desânimo em ir todos os dias, pelo cansaço e estresse de vim do trabalho diretamente para a escola, pelas dores de cabeça e no lombar causados pelo cansaço mental, por se sentirem incapazes em aprender ou por não estarem aprendendo nada e pela forma de como é tratado (a) pela professora. Por outro lado, muitos alunos mesmo sentindo o cansaço emocional e as dificuldades batendo em sua porta optam apenas por continuarem a estudar. Apesar das dificuldades muitos estudantes persistem na escola pela vontade de possuir uma vida melhor por meio dos estudos.

Outro ponto relevante que contribui tanto para a evasão, quanto para a permanência é a juvenilização na EJA, uma realidade discutida pelos autores Souza Filho et al (2021), que abordam em seu artigo “Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização” as vivências de jovens que saíram da escola regular e ingressaram na Educação de Jovens e Adultos. De acordo com os autores, a convivência entre estudantes jovens e estudantes de mais idade e de mais experiências podem resultar na evasão desse público, isso porque ambos têm perspectivas e pensamentos diferentes. Além disso, os conteúdos e práticas pedagógicas podem contribuir também para evasão desse público, fazendo assim necessário:

Acautelamos a necessidade de acompanhar os conflitos, promover a compreensão e o respeito aos saberes, valorizar a trajetória social, histórica de cada aluno, de forma a contribuir para que tanto o mais jovem, quanto o mais adulto não percam o estímulo e desanimem diante das dificuldades e dos obstáculos encontrados nos processos de retorno a escola (Souza Filho *et al*, 2021, p.725).

Um fator destacado no texto é que 50% dos jovens da pesquisa já deixaram de estudar por causa da jornada intensa de trabalho e dificuldade de chegar a escola. 31% afirmaram ter deixado de estudar pela falta de incentivo, pelas aulas não serem boas e pelos professores não inovarem. E por fim os 19% afirmaram nunca terem deixado de estudar, apenas passaram pelo processo de reprovação (Souza Filho *et al*, 2021).

Ao se tratar de permanência na EJA, os autores abordam que os motivos dos alunos recorrerem a ela e permanecerem vem da necessidade individual que cada um traz consigo. Segundo relatos de professores o que fazem os alunos procurarem a Educação de Jovens e Adultos é a necessidade de concluir o Ensino Fundamental, questões relacionadas ao trabalho, necessidade de serem alfabetizados e um forma de serem “punidos” pela escola para estudarem na EJA.

Além dos pontos mencionados é crucial observar que, conforme afirmam Reibnitz e Melo (2021, p.485) “[...] a falta de investimento na área, um dos grandes fatores que leva o público a não frequentar as classes escolares é a inadequação de metodologias e conhecimentos

as suas realidades e objetivos”. Sendo assim, a falta de apoio e de recursos para melhorar o sistema educacional e os métodos que não são alinhados a realidade dos alunos, contribuem para que ocorra a evasão escolar.

Os autores citam em seu texto “Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos” a pesquisa como metodologia tem um grande potencial que pode ser usado pelos professores nas salas de aula, pois ela colabora para a permanência dos alunos. Ela é uma forma de promover a participação dos alunos e diminuir a desistência no âmbito educacional. Além disso, para que haja o contato entre alunos mais novos e os mais velhos, quebrando a barreiras que impedem a socialização e criando laços e parcerias. Há um relato de um estudante que cita que a pesquisa pode ser feita em dupla (um aluno mais novo e outro mais velho), os quais podem dividir experiências, fazendo assim com que a aula seja mais atrativa. Essas formas de estratégias pedagógicas podem garantir a permanência dos estudantes nas salas de aula.

Ao analisar a EJA, é fundamental observar o Proeja, que mesmo oferecendo cursos profissionalizantes ainda há evasão por parte dos seus alunos. Segundo o texto “Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades” dos autores Gomes e Marinho (2022), os perfis dos alunos do Proeja são de gênero masculino e feminino; grande parte são do interior de Alagoas (local pesquisado); a maioria reside em casa ou apartamento, no entanto muitos ainda não possuem uma casa própria; os seus pais são agricultores rurais ou trabalhavam em fazenda ou pesca e a maioria dos entrevistados ou familiares participam do bolsa família.

Dentre esse público, os que mais tem o índice de evasão escolar são as mulheres, devido a jornada de trabalho ou por não terem com quem deixar os filhos. As tarefas domésticas e o casamento também são fatores que contribui para a desistência dessa modalidade. Já referente aos homens, os motivos de evasão são a necessidade de complementar a renda familiar por meio de trabalhos informais. No entanto, há aqueles que retornam a estudar e permanecem, visto “[...] que a maioria dos jovens e adultos retorna as salas de aulas, objetivando a formação escolar que lhe possibilite um posicionamento mais qualificado, em termos de empregabilidade e salário” (Gomes; Marinho, 2022, p.12).

Arrumar um bom emprego é um dos principais motivos para o retorno desses sujeitos a escola do Proeja, uma vez que são ofertados cursos de hotelaria e cozinha no mesmo, visto que por ser uma cidade turística cresce a demanda de trabalhadores nessas áreas. Além disso, segundo os autores Gomes e Marinho (2022) os motivos de regresso a escola são: vontade de ser alguém na vida, conseguir o primeiro emprego, conseguir um emprego melhor, adquirir

mais conhecimento, ficar atualizado (a), participar do Exame nacional do Ensino Médio e entrar em uma faculdade.

E por fim, o artigo “Entre o trabalho e a escola: cursos de vida de jovens pobres” dos autores Brenner e Carrano, vem destacar que a evasão muitas vezes vem em decorrência do desemprego, pois nos últimos anos cresceram o índice de pessoas sem trabalho no País, fazendo assim necessário os jovens buscarem trabalhar e largarem a escola, visto que “[...] aqueles que trabalham e estudam enfrentam mais dificuldade de permanecer na escola” (Brenner; Carrano, 2023, p.8). Os autores ainda pontuam que de acordo com uma pesquisa realizada por ambos, os pesquisados indagaram que o motivo de evasão na escola foi o trabalho. Além disso:

Os jovens das classes populares empreendem uma dura e desprotegida luta que combinam trabalho e permanência na escola. Contudo é preciso dizer que nesse quadro de crescente incertezas é a diminuição das margens de previsibilidade de futuro, jovens, ainda que não renunciem a escola, desconfiam da força dos diplomas e da validade dos saberes escolares formais na busca pelo trabalho (Brenner; Carrano, 2023, p. 4)

Os jovens das classes populares que estudam na EJA enxergam a escola como lugar de oportunidades e a valoriza, no entanto, travam batalhas que testam a sua resiliência, pois encontram dificuldades para permanecerem estudando, seja com dificuldades sociais, econômicas ou culturais. Apesar de muitos continuarem na escola, a vontade de possuir ou lutar pelo seu trabalho fala mais alto, fazendo assim duvidarem da eficácia do que aprendem na escola. Essa percepção muda quando o jovem ingressa no mercado de trabalho e conseguem conciliar a vida acadêmica com o seu trabalho, uma vez que “[...] ao se relacionar trabalho e estudo com expectativas de futuro, notam-se, curiosamente as influencias favoráveis dessa simultaneidade naquilo que os jovens projetam” (Brenner; Carrano, 2023, p. 13).

Ainda de acordo com os autores, quando o jovem ou adulto afastado da escola retornam a mesma, “[...] se identificam com a aposta de reconfigurar projetos de vida e sonhos adiados por circunstâncias adversas” (Brenner; Carrano, 2023, p. 13).

A partir da análise dos textos, foi observado e apontado diversas causas para a evasão e desafios para a permanência. A pesquisa de Gouveia e Silva (2015), Souza Filho *et al* (2021) e Reibnitz e Melo (2021) ressaltam que entre os motivos de evasão, destaca-se as práticas pedagógicas inadequadas e a falta de alinhamento do currículo com as necessidades e realidades dos alunos. Segundo os autores, esses fatores ligados a desorganização dos conteúdos, desmotivam os estudantes, os quais acabam evadindo a escola.

Os alunos da EJA, possuem características socioeconômicas, e socioculturais específicas, quais tem trabalhos informais e responsabilidades pessoais. Quando o currículo não dialoga com a realidade e vivência desses estudantes, desencadeiam por parte dos mesmos o sentimento de desmotivação, o que faz com que ocorra uma desistência escolar,

Além disso, os fatores econômicos desempenham um papel crucial para a evasão. Segundo os autores Silva e Jorge (2018), Souza Filho *et al* (2021), Gomes e Marinho (2022) e Brenner e Carrano (2023) a necessidade de trabalho faz com que muitos estudantes larguem a escola, uma vez que dificulta a conciliação de uma jornada intensa de trabalho com os estudos. Essa jornada de trabalho refere-se tanto aos homens que precisam trabalhar fora de casa, quanto as mulheres que trabalham em tarefas relacionadas ao lar, visto que muitas se casam, levando a cuidar da casa e dos filhos. Essas atividades informais limita o tempo desses indivíduos, pois se tornam prioridades para suas sobrevivências, fazendo assim com que não tenham tempo para frequentar a escola, ocasionando a evasão.

É importante mencionar, que essas pessoas vêm de família humilde; possuem costumes transmitidos pela família e comunidade em que vivem; participam de programas como o bolsa família, possuem ocupações ligadas a atividades rurais; possuem casas próprias, apartamentos ou vivem de aluguel. Para complementar a renda familiar, são obrigados a trabalhar por mais horas ou em outros serviços informais.

De igual modo, há também os fatores emocionais que está diretamente relacionado com o cansaço físico, desânimo e estresse como aponta o estudo de Lima (2019). Segundo o autor, esses sentimentos também são motivos de evasão escolar por parte dos alunos jovens e adultos, pois por conta do cansaço físico muitas vezes decorrente do trabalho, pela responsabilidade do cuidado com a família e falta de confiança em si mesmo, tomam a decisão de abandonarem a escola, tendo a certeza de que essa é a melhor decisão. É importante destacar, que na maioria das vezes esse sentimento está relacionado com o trabalho, onde exige força física ou emocional.

Outro ponto a ser destacado é a convivência entre os alunos mais novos e os mais velhos na instituição escolar, como é afirmado por Souza Filho *et al* (2021). Há uma grande diferença de experiência e expectativas de vida entre ambos, gerando assim a desistência. Um jovem por exemplo, ao estudar em uma sala que tenha apenas adultos ou idosos, pode se sentir desconfortável ou inseguro. Bem assim é quando um adulto frequenta a sala onde há apenas pessoas mais jovens, no qual pode sentir vergonha ou dificuldade em interagir com os demais, levando abandonar o local. Percebemos que se faz presente o que é abordado por Lima (2019) os sentimentos de evasão. Vale ressaltar que essa desistência decorre também pelo currículo

que atende em muitas das vezes apenas um grupo, fazendo com que não atenda as expectativas e realidades do outro grupo.

E, por fim, sobre os motivos de evasão, se encontra a desorganização do curso e falta de investimento como é mencionado por Reibnitz e Melo (2021). Eles revelam que na Educação de Jovens e Adultos há falta de investimento, tanto nos recursos didáticos, como na ausência de apoio pedagógico adequado, o que podem contribuir para a não permanência dos estudantes, tornando da escola um espaço que não atende a todos e desmotivador.

Após a análise dos textos sobre evasão, foram observados fatores que influenciam a permanência na EJA. Para Gouveia e Silva (2015) o reconhecimento dos alunos sobre a importância da escola em suas vidas é um ponto inicial para a permanência dos mesmos. Quando reconhecem essa importância, a educação se torna não apenas uma forma de adquirir aprendizagens, mas também autoestima, elevando o desejo de melhorar as suas condições de vida e da sua família. A qualificação pelo trabalho também é um fator que contribui para a permanência. Esse entendimento também é reforçado por Silva e Jorge (2018) e Lima (2019) que reforçam que os alunos buscam a educação por acreditarem em ser o melhor para si. Além disso muitos permanecem por gostarem e acharem as matérias escolares interessantes, por terem bom relacionamento com os professores e bom convívio com os colegas.

Ademais Souza Filho *et al* (2021) acrescentam a necessidade dos estudantes em concluir o Ensino Fundamental como fator essencial para a permanência. Ele argumenta a importância da alfabetização na vida dos mesmos e quando eles possuem essa consciência em concluir os estudos, podem ter mais oportunidades em relação ao trabalho.

Por outro lado, Rubnitz e Melo (2021) por sua vez, destacam a importância do ensino mais atrativo para os jovens e adultos. Segundo eles, quando o professor (a) desperta no aluno a vontade de participar das aulas por meio de dinâmicas ou métodos educativos, como é o caso da pesquisa em sala de aula, o aluno se torna apreciador das aulas, possuindo assim mais vontade de continuar frequentando a escola. A pesquisa como método educativo é uma ferramenta importante para a permanência dos alunos na sala de aula.

Gomes e Marinho (2022), apontam que os estudantes permanecem na escola para conseguirem um emprego, visto que crescem as demandas de diplomas para conseguir trabalhar. Além disso, como citado acima por outros autores, a vontade de ser alguém na vida também é um bom motivo para permanecer estudando, uma vez que ser alguém na vida está ligado tanto ao sucesso pessoal como profissional. Outros indivíduos mesmo perante as dificuldades não desistem da escola porque querem por meio do Exame Nacional do Ensino Médio ingressar em uma faculdade ou simplesmente para adquirirem mais conhecimentos.

Portanto, as reflexões deixam claro que embora os autores tragam fatores distintos dos motivos de evasão na Educação de Jovens e Adultos, há também relação entre eles ligados a questões socioeconômicas, pedagógicas e socioculturais. Quando se é vista com um olhar sensível a elas e compreendidas com clareza e empatia, podem se alcançar pontos positivos, como desenvolvimento de políticas públicas eficazes que atendam às necessidades desses sujeitos em diversas realidades, aprimoramento de práticas pedagógicas, nas quais as metodologias de ensino sejam mais atrativas e garantam a continuidade dos estudos, redução da evasão, onde com a identificação das causas de abandono escolar seja feita intervenções por meio do estado e criem soluções por meio da instituição escolar. E por fim o fortalecimento da permanência, onde por meio de ações educacionais os fatores identificados sejam formas de criarem mais investimentos que fortaleça e garanta a permanência de mais pessoas.

6 CONCLUSÃO

Diante da análise dos estudos sobre evasão e permanência na EJA presente no repositório do SciELO entre o período de 2014 a 2023, foi possível identificar os principais fatores que influenciam esses fenômenos. No caso da evasão escolar, foram identificados em primeiro lugar os fatores socioeconômicos, uma vez que há por parte dos alunos a necessidade de saírem da escola para trabalhar e sustentarem a família. Em segundo lugar as condições educacionais, como práticas pedagógicas inadequadas, falta de alinhamento do currículo com a realidade dos alunos, convivência dos estudantes de diferentes faixas etárias e falta de investimento na área, resultando o desinteresse e abandono dos mesmos. E por fim, os fatores emocionais e familiares, como desgaste emocional, casamento, filhos e familiares para cuidar, tornado assim elementos que contribuem para a evasão dos alunos na escola. Por outro lado, os fatores influenciados para a permanência dos alunos na EJA, são questões como melhoria nas condições de vida, ser alguém na vida, qualificação para o trabalho, formação profissional, arrumar o primeiro emprego ou um trabalho melhor, bom relacionamento com os professores e com os colegas, realização de um sonho, mais conhecimento, entre outros.

É importante ressaltar que o público da EJA tem características singulares e histórias de vida marcantes, nos quais reflete os desafios enfrentados pelos mesmos. Muitos estudantes possuem a idade entre 15 e 60 anos, são trabalhadores rurais, pescadores ou exercem trabalhos informais e vivem em situações de pobreza, onde por meio do seu trabalho sustentam a casa e a família. Além disso, moram em regiões periféricas e apresentam um percurso escolar descontinuo, onde passaram por processos de exclusão devido a fatores sociais, econômicos e culturais. Esses fatores estão ligados a gravidez precoce por parte das mulheres, falta de apoio familiar, necessidade de trabalhar desde cedo, condições de pobreza, dentre outros que contribuíram para a interrupção ou impossibilidade em frequentar a instituição escolar. Apesar das dificuldades, esses estudantes encontram na educação uma oportunidade de mudar as suas realidades e por meio dos estudos possuem uma qualidade de vida melhor, onde consigam realizar os seus sonhos e alcançarem seus objetivos.

No entanto, esses desafios enfrentados por esses sujeitos contribuem significativamente para a evasão escolar, visto que muitos desistem da escola pelos mesmos motivos de anos atrás. Sendo assim, para superar as barreiras e aumentar a permanência na escola, se faz necessário a adoção de práticas pedagógicas que considere as especificidades dos alunos e atendam às suas necessidades, respeitando as suas realidades e singularidades. Primeiramente, é preciso adotar métodos flexíveis que respeitem o cotidiano dos educandos e do seu trabalho, como ajustes nos

horários e dias de aula, uma vez que as aulas possam ser ofertadas com tempo mais curtos durante a semana e disponibilizadas nos finais de semana com o espaço de tempo maior.

Além disso, a implementação de ensino híbrido é uma boa opção para que os alunos que trabalham na maior parte do dia possam realizar as suas atividades de forma remota. Outro ponto a ser destacado são as aulas criativas e dinâmicas, onde com apoio de recursos e materiais didáticos, os alunos possam trabalhar com pesquisas de campo, trabalhos em grupos, debates, projetos, tecnologias e expressões artísticas. Além do mais, é importante que os professores valorizem e trabalhem na sala de aula a partir das experiências de vida dos alunos, adaptando as estratégias pedagógicas a realidade dos mesmos, considerando suas especificidades, trabalho, família, cultura e etc.

Embora as práticas pedagógicas desempenhem um papel crucial no combate à evasão, é fundamental também propor melhorias as políticas públicas da EJA, no qual possam estabelecer e fortalecer ações que faça com que o âmbito educacional seja mais inclusivo. Perante o que foi discutido, é fundamental que as políticas criem e fortaleça programas que disponibilize psicólogos e assistência social nas escolas, oferecendo ajuda emocional, visto que um dos fatores de evasão são o estresse do dia a dia e o desânimo.

Outro aspecto importante é a disponibilização de ajuda financeira, como a ampliação de bolsas que reduzam os impactos econômicos dos estudantes da EJA, visto que os fatores econômicos são causas que levam a evasão. E por último, ações que englobem a Educação de Jovens e Adultos ao mercado de trabalho, como criação e ampliação de programas em todas as regiões, no qual qualifiquem profissionalmente os estudantes para que possam trabalhar em empresas e espaços locais e também ofereçam cursos técnicos que possibilite que os alunos adquirirem novos conhecimentos e tenham mais oportunidades em relação ao trabalho formal. A evasão na EJA, ainda é um problema que precisa ser solucionado, pois muitos indivíduos desistem da escola pelos mesmos motivos de anos atrás e encontram dificuldades para concluírem seus estudos. Dessa forma, é importante que as políticas públicas continuem a ajustar-se conforme as necessidades e desafios dos alunos, e consigam reduzir o número de desistentes para uma melhor inclusão na educação.

Além da necessidade de aprimorar as políticas públicas, é fundamental reconhecer a importância da EJA como modalidade de ensino. A EJA é um instrumento que promove a inclusão social e reduz as desigualdades no Brasil, pois, desempenha um papel importante na vida dos indivíduos que não tiveram escolarização na idade própria, proporcionando a eles a retomada dos seus estudos, onde possam adquirir novos conhecimentos e habilidades. Além disso, os alunos da EJA podem se capacitarem para o mercado de trabalho, reconstruírem suas

autoestimas e terem uma vida melhor, mais humana. Essa modalidade de educação visa também formar sujeitos cidadãos e protagonistas de suas próprias histórias, nos quais possam participar ativamente da sociedade, se tornando sujeitos críticos e transformadores do mundo em que vivem.

Embora a EJA seja um instrumento de emancipação humana e de inclusão, é importante reconhecer que nas publicações encontradas no SciELO entre 2014 a 2023 referente a esse estudo, a uma limitação sobre o tema, pois, mesmo que há um número grande de pesquisas que falem da educação de jovens e adultos como um todo, a poucos trabalhos encontrados que trate diretamente da evasão e permanência dessa modalidade. Além disso, esse recorte pode ter deixado de fora trabalhos importantes que vieram antes do período da pesquisa, no qual podiam ter grandes contribuições para a mesma.

Outro ponto a ser destacado é que as pesquisas encontradas não exploraram de forma mais profunda outras variáveis, como as políticas públicas e seus impactos em regiões mais carentes e com altos índices de desigualdades, tendo assim a necessidade de novos estudos que trate e explore de áreas ainda não exploradas, onde possam analisar as ações governamentais nessas regiões. Além do mais, se faz importe pesquisas futuras que abordem as narrativas dos estudantes da EJA, pois proporcionam uma perspectiva pessoal sobre os seus desafios e motivações de cada sujeito. Outra sugestão é estudar e comparar diferentes metodologias, uma vez que as práticas pedagógicas utilizadas nas salas de aula que tiveram bons resultados, podem ser utilizadas em outras localidades, contribuindo assim para a permanência na escola.

Apesar das limitações encontradas nas pesquisas, é importante ressaltar o papel transformador dessa modalidade na vida dos indivíduos que não puderam estudar na idade regular, visto que por meio dela ocorre uma educação mais justa e igualitária. A EJA é instrumento essencial para que todas as pessoas, independentemente de cor, raça, sexo, classe social e passado educacional possam ter novas oportunidades e possam alcançar o pleno desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa forma, é de suma importância que educadores, gestores e políticos olhem com um olhar mais sensível a esse público e comprometam com a garantia de que a educação seja prioridade e façam do âmbito educacional um lugar acolhedor e empático, respeitando a vivência e individualidade de cada um.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Ensino médio tem maior número de evasão da educação básica**, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica>. Acesso em: 26 out. 2024.

ALVES, E. F. SILVA, S. B; SILVEIRA, M. C. A. A. **Alfabetização de jovens e adultos: discussões metodológicas, sócio-históricas e linguístico-textuais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ARAÚJO, G. C; OLIVEIRA, A. A. O ensino de arte na educação de jovens e adultos: uma análise a partir da experiência em Cuiabá (MT). **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.3, p.679-694, jul./set. 2015.

ARROYO, M. G. Formar Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos. In. Soares, Leôncio (org.) **Formação de Educadores da Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA-itinerários pelos direitos a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARCELOS, L. B. O que é a qualidade na educação de jovens e adultos? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.39, n.2, p.487-509, abr./jun. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília, DF. Presidência da república, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.959, de 08 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024**. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003**. Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Medalha Paulo Freire, a ser conferida a personalidades e instituições que se destacarem nos esforços de erradicação do analfabetismo no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 set. 2003.

BRASIL. **Decreto nº 9.608, de 18 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 fev. 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BRENNER, A.K; CARRANO, P.C.R. Entre o trabalho e a escola: cursos de vida de jovens pobres. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.46, 2023.
- CABRAL, P; ONOFRE, E. M. C; LAFFIN, M. H. L. F. EJA e trabalho docente em espaços de privação de liberdade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.45, n.2, 2020.
- CAMARGO, P. S. A. S. Representações sociais de docentes da EJA: afetividade e formação docente. **Educação e Realidade**, Porto da Alegre, v. 42, n. 4, p. 1567-1589, out/dez, 2017.
- DUBET, F. A escola e exclusão. Tradução: Neide Luzia de Rezende. **Revista Éducation et Sociétés**, Caderno de Pesquisa, n.119, p. 29-45, jul. 2003.
- SOUZA FILHO, A. A. S; CASSOL, A. P; AMORIM, A. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 112, p.718-734, jul./set. 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25º ed., 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17º ed., 1987.
- FREITAS, G. M. O; CAVALCANTE, T. R; AMORIM, A; FREIRAS, K.S. A prática da gestão da educação de jovens e adultos no Serviço Social da Indústria no estado da Bahia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, 2018.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.
- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013
- GALVÃO M; RICARTE, I. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**, Logeion: filosofia da informação. Rio de janeiro, v.6 n.1, p.57-73, set, 2019/fev. 2020
- GODINHO, A. C. F.; FISCHER, M. C. B. Escola, trabalho e gênero: uma experiência da educação de jovens e adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 335-354, mai./jun. 2019.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GOMES, M. F. F. FREITAS, M. L. Q. Estudantes do PROEJA: de percursos negados a outras possibilidades. **Educar em Revista**, Curitiba, v.38, 2022.
- GOUVEIA, D. S. M.; SILVA, A. M. T. B. A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 749-761, set./dez. 2015.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Educação e Sociedade**, n. 14. maio/ago. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. **Agência de Notícias IBGE**, 23 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em: 27 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **MEC e INEP divulgam resultados do Censo Escolar 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 26 out. 2024.

JUNIOR, T. S. F. "Direito e cidadania na Constituição Federal". **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, edição nº 3, [s. d.]. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista3/rev1.htm>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, A. O. As origens emocionais da evasão: apontamentos etnográficos a partir da educação de jovens e adultos. **Articles**, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p. 253-272, maio/ago. 2019.

MARIANO, F. L; SILVA, M.C; SANTOS, M.M; BENEVIDES, A. A. **Desigualdade de desempenho no ensino médio**: evidências sobre a educação de jovens e adultos. Universidade Federal do Ceará, v. 33, n. 3, p. 719-747, 2023.

MELO, M. A. B.; LOPES, E. B. **Um breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil**. 2020.

MILETO, L. F. M. **“No mesmo barco, dando forças, um ajuda o outro a não desistir”**: Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos. 2009. f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/amp/99680-Luis-fernando-monteiro-mileto.html>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MORAIS, M. C; ARAÚJO, L. F; NEGREIROS, F. **Educação de jovens e adultos e representações sociais**: um estudo psicossocial entre estudantes da EJA. Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 529-541, jul./set. 2020.

MOREIRA, V. S. **Educação de jovens e adultos (EJA)**: uma reflexão sobre o abandono escolar. Brasília, 2014.

MORENO, C. E; HIZIM, L. A. A. Educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-298, maio/ago. 2022.

OLIVEIRA, I. F. de. **Permanência Escolar**: desafios na educação de pessoas jovens e

adultas. Dissertação de Mestrado. UNEB/ Salvador, 2018.

OLIVEIRA, I. F; COSTA, S.B; MENEZES, M. C et al. Os marcadores sociais e a EJA: diversidades, desigualdades e territórios educativos. **XXII encontro nacional de didática e práticas de ensino**, 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisa em administração**. Catalão: UFG, 2011, 72 p.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: cultura acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books

PEREIRA, A. S et al. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. Ed.- Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018

PIERRO, M. C; HADDAD, S. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago. 2015.

PINHEIRO, L. P. A. A prova social da escolarização entre jovens de escolas públicas: trabalho e interatividade sociável nas periferias de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

PINI, F. R. Educação popular em direitos humanos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos: uma experiência do Projeto MOVA-Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Paulo Freire: o legado global, v. 35, 2019.

REIBNITZ, C. S; MELO, A. C. S. de. Pesquisa com princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a educação de jovens e adultos. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 484-502, abr./jun. 2021.

RODRIGUES, L. A; DIAS, K.F.V.B; LIMA, V. A. A educação indígena no período colonial (1500-1822). **Congresso Nacional de Práticas Educativas (COPRECIS)**, Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, 2017.

RODRIGUES, T et al. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação**. Revista prisma. Rio de Janeiro, v.2,n.1,p.154-175, 2021

SAMPAIO, C.E; HIZIM, L.A. A educação de Jovens e Adultos e sua imbricação com o ensino regular. rev. bras. estud, Brasília, v.103,n.664,p.271-298, maio/ago. 2022

SAMPAIO, RF; MARCONI, MC. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa de evidencia científica**. São Carlos, v.11, n. 1, 83-89, 2007

SANTOS, P S; SILVA, G. Os sujeitos da EJA nas pesquisas em educação de jovens e adultos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2020.

SILVA, N. W. G et al. **O papel da pesquisa na formação do pedagogo**. 2012

SILVA, M. R.; JORGE, C. M. O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e

tensões no âmbito do PROEJA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 142, p. 55-71, jan./mar. 2018.

SOARES, L. J. G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOUZA, K. C. D.; VIEIRA, M. C. Pobreza e resiliência nas narrativas de educandos da EJA em situação de rua. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 47, 2022.